

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUAN SOUZA MENDES

**AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO FONTE DE RENDA ATRAVÉS DO
AUTOCONSUMO**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

LUAN SOUZA MENDES

**AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO FONTE DE RENDA ATRAVÉS
DO AUTOCONSUMO**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Profa. Dr^a Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

Coorientador(a): Susi Mara Freddi

**Florianópolis
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,00 ao aluno Luan Souza Mendes na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Profa. Dr^a Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski
(Orientadora)

Mestre Susi Mara Freddi – LECERA/UFSC
(Coorientadora)

Prof. Doutor Armando de Melo Lisboa - UFSC
Departamento de Economia e Relações Internacionais

RESUMO

O presente trabalho, inspirado nas atividades do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), aborda a questão da geração de renda através das práticas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). As práticas de AUP já foram estratégia do governo brasileiro para o combate a fome e promoção da segurança alimentar e nutricional de famílias carentes. Dentro desse contexto o presente trabalho tem por objetivo analisar o potencial econômico da agricultura urbana e periurbana como fonte geradora de renda indireta através do autoconsumo. O autoconsumo foi o indicador usado na discussão da geração de renda dentro das práticas de AUP. Para isso o autoconsumo é analisado sobre duas óticas buscando quantificar a economia resultante. Primeiro com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2008-2009, buscou-se quantificar o gasto real das famílias com alimentos que podem ser produzidos através de práticas de AUP. Contudo o consumo analisado pela POF não representa o ideal para uma vida saudável. Dessa forma elaborou-se um caso hipotético baseado em um estudo intitulado “Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira” (Sichieri et al, 1999). Com base nesse documento elaborou-se uma dieta adequada. Por meio dessa dieta buscou-se quantificar a renda gerada no consumo de alimentos para famílias que tenham hábitos alimentares adequados. Com base nos resultados obtidos identificou um potencial expressivo em termos de geração de renda nas práticas de AUP.

Palavras chaves: Agricultura Urbana e Periurbana, autoconsumo, Segurança Alimentar e Nutricional, renda familiar.

Resumen

El presente trabajo, inspirado en las actividades del Laboratorio de Educación del Campo y Estudios de la Reforma Agraria (LECERA), aborda la cuestión de la generación de renta por medio de las prácticas de Agricultura Urbana y Periurbana (AUP). Las prácticas de AUP ya fueron estrategias del gobierno brasileño para el combate al hambre y la promoción de seguridad alimentaria y nutricional de familias vulnerables. En ese contexto, el presente trabajo tiene por objetivo analizar el potencial económico de la agricultura urbana y periurbana como fuente generadora de renta indirecta a través del autoconsumo. El autoconsumo fue un indicador usado en la discusión de la generación de renta dentro de las prácticas de AUP. Para ello, el autoconsumo es analizado desde dos ópticas buscando cuantificar la economía resultante. Primero, con base en los datos da Encuesta de Presupuestos Familiares –POF (en su sigla original) 2008-2009, se buscó cuantificar el gasto real de las familias en alimentos que pueden producirse en prácticas de AUP. Con todo, el consumo analizado por el POF no representa el ideal para una vida saludable. Por tanto, se elaboró un caso hipotético basado en un estudio intitulado “Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira” (Sichieri et al, 1999). A partir de ese texto se ha elaborado una dieta saludable. Por medio de esa dieta se pretendió cuantificar la renta generada en el consumo de alimentos para las familias con hábitos alimenticios adecuados. Con los resultados obtenidos se identificó un potencial expresivo en términos de generación de renta en las prácticas de AUP.

Palabras claves: agricultura urbana y periurbana, autoconsumo, Seguridad Alimentaria y Nutricional, renta familiar.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Urbanização Brasileira de 1940 a 2010.....	14
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média mensal familiar da despesa com alimentação, por classes de rendimento, na área urbana (%).....	48
Tabela 2 - Média mensal familiar da despesa com alimentação, por classes de rendimento, na área urbana.....	49
Tabela 3 – Porções diárias de uma alimentação adequada por pessoa.....	51
Tabela 4 – Caso hipotético de itens para uma alimentação ideal para uma pessoa por dia.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Posto de venda de agricultora localizado ao lado da unidade de produção em Havana.....	34
Figura 2 : Unidade de produção orgânica urbana em Havana.....	34
Figura 3: Horta de Telheiras, Horta da Granja e Horta de Campolide. Todas localizadas em Portugal.....	36
Figura 4: “Fazenda” Brooklyn Grange em Nova York.....	38
Figura 5: A direita horta comunitária em bairro de Rosario e a esquerda viveiro agroecológico da cidade.....	40
Figura 6: Horta comunitária Girassol em Joinville/SC.....	41
Figura 7: Horta comunitária dos Ipês em Joinville/SC.....	41
Figura 8: Horta escolar/comunitária na Escola América Dutra e na Creche Chico Mendes em Florianópolis.....	42

LISTA DE SIGLAS

AU Agricultura Urbana

AUP Agricultura Urbana e Periurbana

CAAUP Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana

CCA Centro de Ciências Agrárias

CEPAGRO Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CNSAN Conferência Nacional na Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS Centros Municipais de Referência em Assistência Social

CSO *Combined Sewer Overflow*

EUA Estados Unidos da América

FAO Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

GNAU Grupo Nacional de Agricultura Urbana

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LECERA Laboratório de Educação do Campo e estudos da Reforma Agrária

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MESA Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome

POF Pesquisa de Orçamentos Familiares

ONG Organização não Governamental

PT Partido dos Trabalhadores

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SMANSAN Secretária Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

TEC transbordamento de esgoto combinado

TFPC Toronto Food Policy Council

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Tema e Problema da Pesquisa.....	10
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Metodologia.....	17
2. O COMBATE À FOME NO BRASIL.....	20
2.1 Políticas de Combate a Fome.....	20
2.2 Segurança Alimentar e Nutricional – Conceito.....	22
3. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA – AUP.....	26
3.1 Conceito.....	26
3.2 Programa de Agricultura Urbana no Brasil.....	30
3.3 Hortas Comunitárias.....	31
3.4 Experiências de AUP no Mundo.....	33
3.5 Experiências de AUP no Brasil.....	40
4. AUP COMO FONTE DE RENDA.....	43
4.1 Autoconsumo.....	44
4.2 Uma análise com base na POF 2010.....	48
4.3 Uma análise com base numa dieta adequada.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho tem como inspiração as atividades desenvolvidas dentro do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), localizado no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde 2008 o LECERA possui dentre suas linhas de pesquisa a agricultura urbana e periurbana – (AUP). Dentro dessa temática se desenvolveu o Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP), projeto executado com aporte financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

A implementação do CAAUP foi uma das ações estratégicas integrantes da política de Agricultura Urbana (AU) do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) atualmente extinta. Porém o LECERA continua promovendo a agricultura urbana via ações de extensão universitária, independente de financiamento. Infelizmente a falta de recursos financeiros limita o trabalho do laboratório, o qual concentra seus esforços em acompanhar as hortas comunitárias que foram implementadas durante a vigência dos projetos com o MDS (2008 a 2013).

O conceito de AUP é muito abrangente, vai desde produções em quintais residenciais até hortas comunitárias com tamanhos mais representativos (exemplo: horta comunitária Girassol – Joinville SC, com 2.000 m²). Tal conceito também abarca a produção de hortaliças como a criação de pequenos animais. Além disso, os produtos podem ser comercializados ou utilizados para autoconsumo. Nas palavras de Pinheiro e Ferrareto (2010, p. 2):

O conceito abrange todas as atividades agropecuárias realizadas em áreas centrais (agricultura intra-urbana) e periféricas (agricultura periurbana) dos centros urbanos, cuja caracterização pode abranger pequenas localidades, cidades ou metrópoles. Muito mais do que o espaço onde é realizada, sua prática deve estar integrada e interagir com a dinâmica urbana, ofertando aos cidadãos e cidadãs, sejam eles produtores e/ou consumidores, produtos e serviços para o (auto) consumo e geração de renda.

As finalidades das práticas de AUP derivam das circunstâncias históricas que as originam e dos agentes que a fomentam, porém em todos os casos o autoconsumo é priorizado ante a comercialização (ZAAR, 2015). Dentro desta pesquisa a questão do autoconsumo é o centro principal nas discussões dos benefícios econômicos da AUP.

Relacionando a AU com a questão do autoconsumo temos nas palavras de Fontoura (2012, p. 69) uma análise dessa modalidade de consumo no meio rural:

O incentivo à produção para o autoconsumo consiste numa via simples, estratégica e econômica e deve ser assumida como prioridade das políticas públicas, dentro de conjunto de intervenções coerentes e sistemáticas de combate a pobreza e de promoção da equidade social, através da geração de trabalho e renda para os grupos ameaçados pela insegurança alimentar. Ou seja, deve ser entendido como um eixo estratégico para que se alcance a segurança alimentar das famílias rurais, dentro de uma proposta maior que vise o desenvolvimento.

Nesse trecho nota-se outro ponto para discussão, a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. Ao longo dessa pesquisa, o tema do SAN será de extrema importância, pois se trabalha com a ideia de que produzir apenas alimentos não basta. É necessário produzir alimentos saudáveis e que respeitem o ambiente.

No âmbito do LECERA um trabalho de mestrado registrou as atividades do CAAUP. A dissertação de uma das integrantes do laboratório, Susi Mara Freddi, intitulada “A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC” foi defendida no ano de 2015 no curso de pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC. O trabalho tinha como objetivo: “Examinar as contribuições da Agricultura Urbana para o “bem viver” no espaço das cidades, a partir da experiência de agricultoras e agricultores urbanos das hortas comunitárias do município de Joinville” (FREDDI, 2015 p. 27).

Esse trabalho identificou os efeitos da agricultura urbana em quatro áreas: no campo social, no campo da saúde, no campo econômico e no campo do subjetivo e simbólico. “Um dos objetivos dessa dissertação foi o de buscar elucidar quais efeitos derivados da prática da agricultura urbana que os agricultores urbanos de Joinville relacionam com a noção de bem viver nos espaços urbanos” (FREDDI, 2015, p. 124). Os benefícios apresentados no trabalho são diversos. Entre os apresentados pela autora podemos citar aumento da renda familiar, economia com a aquisição de alimentos, melhoria na autoestima, acesso a alimentos saudáveis, melhoria na saúde física e mental, aprendizado de coisas novas, companheirismo, intercâmbio de saberes, entre outros.

Dentro desse contexto, este trabalho de monografia procurou focar nos efeitos econômicos da AU, como por exemplo, através das hortas comunitárias.

Os efeitos de caráter econômico podem ser observados tanto pelo aumento da renda familiar com a comercialização dos excedentes da horta (renda direta), como também pela economia com a produção para o autoconsumo (renda indireta). Para compreender melhor os efeitos neste campo é preciso debruçar-se sobre esses dois aspectos (FREDDI, 2015 p. 135).

A despeito de ter assinalado os benefícios econômicos a pesquisadora não tinha como objetivo comprovar os impactos gerados pela agricultura urbana na renda familiar.

Diversos estudos com a temática da Agricultura Urbana reforçam as possibilidades de geração de renda direta e indireta, porém nunca apresentando detalhes mais sólidos em relação a esses aspectos. Sendo assim surge uma lacuna a ser preenchida que pode ajudar a compreender os benefícios dessa prática a partir de um ponto de vista quantitativo, ou seja, de uma avaliação econômica, para além dos aspectos de ordem sócio-políticos.

O tema da AUP não é algo novo no curso de economia da UFSC. Em 2010 Santolin desenvolveu monografia de conclusão de curso na qual buscava identificar na agricultura urbana e periurbana capacidade de gerar desenvolvimento socioeconômico. Trabalhando com a ideia de que o desenvolvimento econômico só é válido se for acompanhado do desenvolvimento social e ambiental sustentável, Santolin (2010) acredita que a AUP pode, em muitos aspectos, auxiliar nos projetos de desenvolvimento, especialmente os locais sendo necessário o incentivo dos governos através de políticas públicas.

A agricultura urbana, como temos também demonstrado neste estudo, cumpre diversos papéis importantes dentro da estrutura das cidades. Geração de renda, acesso a alimentos com baixo custo e de qualidade, suporte para pessoas normalmente deixadas à margem do mercado de trabalho formal (como é o caso de muitas mulheres) e manutenção do meio ambiente. (SANTOLIN, 2010 p. 21)

Para a autora “todas estas características potencializam as estruturas de AUP como auxiliares no desenvolvimento socioeconômico. Mas para isso é necessário que o governo comece a estabelecer medidas no sentido de promover as iniciativas de AUP (SANTOLIN, 2010, p. 22)”. Freddi (2015, p. 144) também reforça a importância do Estado, a mesma aponta “a necessidade de amparo político para que a atividade saia da precariedade e do atomismo. O desafio é (re)introduzi-la na agenda política do Governo Federal, bem como aos estados e municípios, como política pública intersetorial”.

Do ponto de vista quantitativo, ou seja, do detalhamento da geração de renda, a monografia de Santolin (2010) também deixa uma lacuna a ser preenchida. Nessa direção o presente trabalho pretende responder à seguinte questão de pesquisa: a AUP traz benefícios econômicos através da geração de renda indireta, por meio do autoconsumo, para as famílias que exercem essa atividade? Nessa direção busca-se analisar o potencial da AUP para os agricultores urbanos do ponto de vista financeiro em termos de geração de renda.

1. 2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o potencial econômico da agricultura urbana e periurbana como fonte geradora de renda indireta através do autoconsumo.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir a questão do combate à fome no Brasil.
- Resgatar na literatura o conceito e os benefícios da AUP.
- Levantar as experiências de AUP no mundo e no Brasil, dando ênfase à geração de renda.
- Discutir a hipótese da AUP como fonte de renda com base em dados da POF (2010) e do referencial do guia de alimentação para uma dieta adequada.

1.3 JUSTIFICATIVA

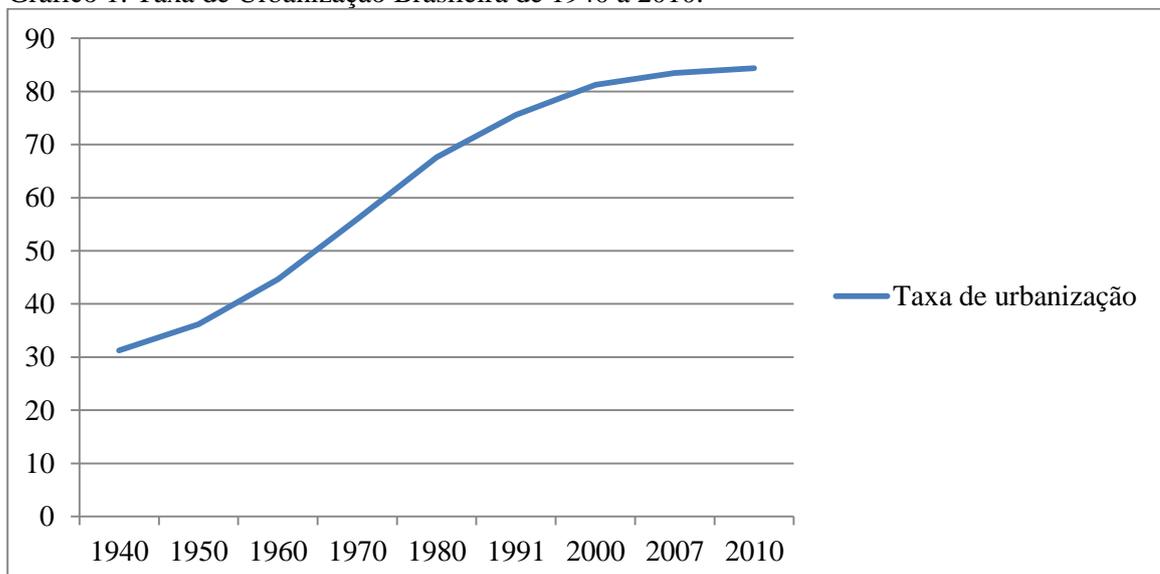
A agricultura urbana não é algo novo, há diversas manifestações dessa prática, que podem ser observadas ao longo da história das próprias cidades. Seu surgimento está vinculado em grande parte a estrangulamentos que limitam o desenvolvimento de determinadas sociedades. Freddi (2015, p. 62) resume em um parágrafo os motivos:

Quando tratamos de agricultura urbana, observa-se uma prática histórica tão antiga quanto às cidades, que ao longo dos tempos esteve entrelaçada às dinâmicas e aos desafios urbanos. O inchaço das cidades, a massificação e padronização dos hábitos alimentares, a fragilidade na segurança e soberania alimentar das populações carentes, a obesidade infantil, a fome crônica, o esgotamento dos recursos naturais (ar, água, solo, biodiversidade) e os altos índices de doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos e ao consumo de alimentos industrializados e que contêm organismos geneticamente modificados (OGM) são alguns exemplos que englobam esse complexo emaranhado de desafios.

Percebe-se que os benefícios para amenizar o inchaço urbano das práticas de AUP vão muito além da produção para minimizar a fome. Há uma gama de possibilidades que vão desde saúde pública a questões ambientais.

As cidades crescem a taxas alarmantes que se intensificaram ao longo dos anos. Pode-se observar melhor essa informação no gráfico 1 elaborado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 1: Taxa de Urbanização Brasileira de 1940 a 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940-2010.

Estima-se, com base nos dados do Censo Demográfico de 1940-2010, que a taxa de urbanização no território brasileiro variou de 1940 a 2010, aproximadamente 170%.

O crescimento das cidades é um dos maiores desafios do futuro. Pinheiro & Ferrareto (2010, p. 2) afirmam que:

Sem planejamento, as cidades não conseguem atender as demandas referentes à saúde, infra-estrutura, moradia, trabalho e educação de seus moradores, gerando forte desigualdade social. Dados da FAO estimam que até 2030, 60% da população mundial estará vivendo nas cidades. Esse processo de urbanização está intimamente relacionado com o crescimento da pobreza e da insegurança alimentar. Nesse contexto, ações voltadas para a produção de alimentos nas cidades (ou no seu entorno) apresentam-se como uma das formas de enfrentamento de situações de vulnerabilidade em que se encontra grande parcela da população urbana.

Arruda (2011, p. 6) mostra um dos problemas do inchaço urbano que pode encontrar uma saída na agricultura urbana:

Segundo a [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura] FAO (2000) com a expansão das cidades, crescem as necessidades alimentares das famílias urbanas. Embora os impactos da crise alimentar e financeira afetem tanto a população rural quanto a urbana, os pobres urbanos têm sofrido maior impacto dentre os afetados. Os consumidores urbanos dependem quase exclusivamente de compras de alimentos, e as variações nos preços de alimentos e na renda traduzem-se diretamente em menor poder de compra e no aumento dos níveis de insegurança alimentar, o que compromete a quantidade e qualidade dietética. Mudanças nos estilos de vida têm contribuído ainda mais para o aumento da desnutrição urbana e de doenças crônicas relacionadas à dieta.

Dentro desse contexto se enquadra a agricultura urbana e seus benefícios para a melhora da qualidade de vida através do acesso a alimentos livres de agrotóxicos e de alto teor nutricional. Em uma de suas citações Freddi (2015, p. 94) destaca isso nas palavras de Machado e Machado (2002). “O aumento da segurança alimentar, a melhoria da nutrição e o ambiente mais limpo, reduzindo os surtos de doenças são benefícios à saúde humana”. Além disso, através do autoconsumo as famílias tem uma certa independência em relação aos preços dos alimentos estipulados pelo mercado, conseqüentemente as torna menos suscetíveis a oscilações de preço e renda.

Burity et. al (2014) com base em dados da FAO de 2005, estimam que, em 2005, 852 milhões de pessoas sofriam de fome crônica nos países desenvolvidos. Já em 2008 essa estimativa informava que esse número aumentou para 923 milhões. Estima-se que 2 bilhões de pessoas sofrem de fome oculta (deficiência de micronutrientes), principalmente mulheres

com anemia e deficiência de ferro, bem como as 250 milhões de crianças afetadas por deficiência de iodo, a causa mais comum de retardamento mental, ou 250 milhões de crianças que sofrem de deficiência subclínica de Vitamina A, o que reduz a capacidade de combater doenças e pode levar a cegueira. Além disso, os autores ressaltam que há 25 milhões de crianças e 250 milhões de adultos obesos em países tanto pobres como ricos.

No Brasil a questão da insegurança alimentar não se manifesta só nas camadas sociais mais empobrecidas, visto que obesidade e falta de nutrientes estão presentes em famílias com níveis de renda que possibilitam uma alimentação saudável. Contudo os mais pobres são os mais vulneráveis em relação ao acesso de alimentos, seja por não dispor de renda para adquiri-los, seja por não ter acesso aos bens de produção necessários para produzi-los para autoconsumo. Essa mesma população também é carente de alimentos de boa qualidade, dos equipamentos necessários para conserva-los e prepara-los. Além disso, têm menos acesso a informações sobre uma alimentação sadia e nutricionalmente adequada. Dessa forma para garantir acesso a uma alimentação de boa qualidade para a população mais fragilizada o Estado deve executar políticas que assegurem esse direito (CONSEA, 2004).

Fica evidente a necessidade da qualidade dos alimentos consumidos. A forma como os alimentos são produzidos e processados na indústria criou uma sociedade doente, refletindo nos mais pobres, suas piores consequências. Há necessidade de medidas que reduzam esses problemas de forma integrada, garantindo a população carente o acesso a alimentos saudáveis.

Dentro da agricultura urbana merecem destaque como alternativa para o crescimento das cidades, as hortas comunitárias. Espaços ociosos podem ser ocupados para a produção de alimentos e conseqüentemente conciliando com a segurança alimentar outros benefícios como: desenvolvimento local, redução da pobreza e qualidade ambiental das áreas urbanas.

Outro benefício levantado é a geração de renda. O agricultor urbano não precisa adquirir no mercado produtos oriundos da sua produção o que conseqüentemente contribui na redução do gasto familiar. A geração de renda dentro da AU passa principalmente pela questão do autoconsumo, discutido dentro da economia de subsistência. Essa modalidade de consumo segundo Grisa (2007) é vista como uma estratégia que contribui para a reprodução autônoma e historicamente garantida das famílias, pois uma dimensão vital para sua subsistência está sob seu controle, a alimentação.

Ao produzir para consumo familiar, a família garante acesso direto à alimentação, sem nenhum processo de intermediação que a torne valor de troca. Também se assevera a segurança alimentar, consumindo alimentos

sadios e de acordo com os hábitos alimentares, os saberes locais e as práticas sustentáveis (visto que essa produção geralmente é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos) (GRISA, 2007, p. 51).

Porém, quando estudos sobre agricultura urbana falam em geração de renda dificilmente estão acompanhados de dados que fortaleçam a afirmação. Com isso se torna necessário demonstrar através de números o impacto da agricultura urbana como fonte geradora de renda. Demonstrando como o consumo dos alimentos oriundos das hortas (ou outras práticas de AU) impacta de forma direta e indireta na renda familiar.

1.4 METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa seria um estudo de caso e o objeto do estudo seriam as hortas comunitárias objetos de pesquisa de FREDDI (2015). Com base na produção das famílias integrantes das hortas e no consumo mensal de alimentos das mesmas, seriam estipulados os possíveis benefícios da prática de AUP como fonte de renda.

Porém foram identificados alguns gargalos, em duas hortas, que prejudicariam a obtenção de dados e conseqüentemente atrapalhariam a condução do estudo. Dessa forma decidiu-se trabalhar apenas com a Horta Girassol. Contudo a horta Girassol vem enfrentando nos últimos meses problemas de ordem política, agravados no início desse trabalho, que interferem na organização da mesma e que a torna inviável no momento para esse estudo. Além disso, a distância do pesquisador em relação as hortas também dificultou o diálogo com as famílias. Sendo assim essa pesquisa seguiu outros rumos para quantificar o potencial da AU como fonte de renda.

Vale destacar que muitos trabalhos utilizam apenas a expressão Agricultura Urbana (AU) enquanto outros usam a expressão Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Por acreditar que ambos os conceitos abrangem a ideia dessa pesquisa, será utilizado a expressão AUP e AU como sendo similares.

Alguns dos aspectos que diferenciam ambas as práticas (urbana e periurbana) se assentam sobre a localização e a superfície dos terrenos, uma vez que a agricultura urbana ocupa, usualmente, áreas reduzidas situadas nas

áreas urbanas, e a agricultura periurbana comporta superfícies mais amplas que se situam nos perímetros das zonas consideradas urbanas (ZAAR, 2015).

Para se apropriar de maneira adequada do objeto de pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico para conceituar agricultura urbana. No referencial teórico procurou-se mostrar os benefícios dessa prática para a sociedade. Além disso, foi realizada uma pequena explanação sobre o conceito de hortas comunitárias e a política de AU no Brasil. Dentro desse contexto se visualizou a necessidade de se aprofundar nas discussões sobre políticas de combate a fome e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto que a política de AU brasileira e a própria prática da AU tem muita relação com esses temas.

Na construção do referencial teórico está presente uma análise de experiências de AU pelo mundo e no Brasil. O intuito desse tópico foi de mostrar os potenciais da AU que já vem sendo explorados. Além disso, buscou-se mostrar que a AU não é apenas uma solução para a questão da segurança alimentar e que o medo desse problema não está apenas nos países desenvolvidos.

Para analisar a contribuição do AUP como potencial fonte geradora de renda levou-se em consideração que a prática tem grandes contribuições através da questão do autoconsumo. Nessa lógica as famílias, ao consumirem sua produção, têm nesse ato uma redução das suas despesas com alimentação e em famílias de baixa renda pode ocorrer uma expansão da reta orçamentária. Sendo assim, com base em levantamento bibliográfico, a pesquisa realizou uma discussão teórica acerca do autoconsumo e suas contribuições.

As discussões sobre a temática do autoconsumo são voltadas, em sua maior parte, ao meio rural. Contudo por mais que existam diferenças entre o meio rural e urbano, essa pesquisa trabalhou com a ideia de que a contribuição do autoconsumo por meio da AU traz os mesmos (ou similares) benefícios às famílias urbanas.

A quantificação do autoconsumo foi feita a partir de duas aproximações, ou seja, duas bases de dados, as quais aportam referências sobre consumo familiar. Primeiramente foram utilizados os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF de 2010 realizadas pelo IBGE, trabalhando com uma estimativa do consumo real da população brasileira estimando o quanto uma família gasta por mês com o consumo de alimentos oriundos de práticas de AU. Segundo por meio da construção de um caso hipotético baseado em porções diárias para uma alimentação adequada por pessoa, constantes no documento intitulado “Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira” (Sichieriet al, 1999). Com essas informações procurou-se medir os possíveis impactos das práticas de AUP na renda familiar.

Os propósitos da POF: “são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população (POF, 2010, p. 15)”. Os dados da POF foram coletados no período de maio de 2008 a maio de 2009. Na análise dos dados da POF 2010 realizou-se uma discussão sobre a contribuição do AU na renda das famílias brasileiras, de acordo com a realidade do consumo das mesmas. Na discussão foram utilizados os dados de despesas mensais com alimentação com produtos possíveis de ser obtidos nas práticas de AUP.

Como a POF trabalha com a realidade e não com o que é adequado em termos de consumo de alimentos. Esse trabalho buscou, com base em publicações relacionadas à área de nutrição, elaborar um caso hipotético com alimentos que devem compor uma alimentação adequada. A partir do preço desses alimentos buscou-se analisar o potencial de geração de renda para famílias que tem hábitos alimentares adequados e que respeitem as práticas de segurança nutricional e alimentar.

Quanto à organização desse trabalho, além do que já foi exposto até o momento, essa monografia está dividida da seguinte maneira:

Capítulo dois é feito uma discussão sobre as estratégias de combate à fome, adotadas pelo governo brasileiro nos últimos anos, com destaque para a Política de AU. Em seguida no capítulo três deste trabalho, é tratado o conceito principal desta monografia, a Agricultura Urbana e Periurbana, ressaltando a modalidade de hortas comunitárias. Além disso, a pesquisa mostra experiências de AUP espalhadas pelo mundo e no Brasil.

No capítulo quatro é realizada uma análise da agricultura urbana como uma possibilidade de renda indireta. Para essa discussão é utilizada a noção do autoconsumo. Com o sentido de verificar o potencial da AUP como potencial gerador de renda, através do autoconsumo, é realizada uma análise do consumo de alimentos com base nos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2010. Além disso, é realizada uma análise de gastos com base no consumo de uma alimentação adequada.

E por fim, são apresentadas as considerações finais referentes ao conteúdo discutido durante a pesquisa.

2. O COMBATE A FOME NO BRASIL

O presente capítulo pretende discutir as medidas adotadas pelo governo brasileiro nos últimos anos em relação ao combate a fome. Entre as principais estratégias do governo a questão de combate à insegurança alimentar e nutricional entra como uma das medidas potenciais. Nesse sentido o enfoque estará na questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual desde 2000 assumiu um papel importante nas estratégias do governo. Além disso, vale destacar que medidas de combate à fome vêm sendo adotadas muito antes do ano 2000, porém nota-se, através das referências, que a inserção do SAN de forma significativa ocorreu apenas nas últimas décadas.

2.1 POLÍTICAS DE COMBATE A FOME

Durante a história brasileira inúmeros programas de combate à fome integraram a agenda política do governo. No âmbito internacional, Takagi (2006) afirma que a preocupação com a temática persiste desde o final do pós-segunda guerra. Nesse período tem-se a criação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)¹ como organismo internacional para o desenvolvimento da agricultura e alimentação.

Nos últimos anos as políticas brasileiras também integraram nas suas agendas a questão da insegurança alimentar e nutricional.

No caso brasileiro, foi um longo processo de disputas em torno dessa temática que possibilitou conquistas importantes ao longo dos anos com relação à inserção na agenda, mas que, em geral, resultaram em estruturas e políticas públicas com pouco poder quanto a recursos, baixo poder de cobertura, falta de critérios bem definidos de elegibilidade, além de serem marcadas por institucionalidade frágil. Todas essas questões tiveram como consequência um ambiente político-institucional pautado por descontinuidades, com avanços e retrocessos de acordo com as diretrizes de governo assumidas pelos gestores responsáveis, sem que o problema da fome e da miséria fosse eficientemente combatido no país. (SILVA, 2014, p. 7)

¹ Destaca-se a contribuição de Josué de Castro para o debate e a ativa participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, desde sua criação em 1945 (BURITY et. Al., 2014).

O combate à fome nos últimos anos passa a ter uma visão mais profunda do problema, não tratando apenas da questão do acesso aos alimentos, mas também da qualidade dos mesmos. O foco deixa de ser apenas produzir em grande quantidade.

Apesar da pobreza, da fome e das demais violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada continuarem a representar um enorme desafio a ser transposto pela sociedade brasileira, o tema da alimentação e nutrição vem sendo objeto de uma intensa reflexão por parte da sociedade civil e do governo brasileiro, ao longo de várias décadas. (BURITY et. Al., 2010, p. 6)

Segundo a FAO (2014) os avanços no combate a fome e pobreza no Brasil estão relacionados com a priorização da agenda de SAN a partir de 2003, com destaque para o lançamento da estratégia Fome Zero, à recriação do CONSEA, à institucionalização da política de SAN e a criação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola. Um dos marcos foi a promulgação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional em 2006.

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA é uma instituição participativa formada por membros da sociedade civil e do governo brasileiro. Tem como objetivo assessorar e orientar a Presidência da República na formulação e definição de políticas que garantam uma alimentação adequada e saudável a população brasileira (LUIZ, 2016).

Dentre as primeiras ações do programa Fome Zero, destaca-se a criação do Cartão-alimentação, posteriormente transformado no Bolsa-família. A proposta do Bolsa-família foi a de unificar diversos programas de transferência de renda em um só. Os programas unificados foram: o Bolsa-Alimentação do Ministério da Saúde, o Auxílio-Gás do Ministério de Minas e Energia, o Bolsa-Escola do Ministério da Educação e o Cartão-Alimentação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome. O objetivo dessa unificação foi aumentar a eficiência dos gastos públicos, a partir de uma gestão coordenada e integrada de forma intersetorial (ZIMMERMANN, 2004).

Outros marcos emblemáticos foram a incorporação na Constituição Federal, em 2010, do direito humano à alimentação adequada e, em 2011, a institucionalização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional incorpora mais de 40 programas e ações. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é responsável por muitos desses programas. Também estão envolvidos outros ministérios, como Saúde, Desenvolvimento Agrário, Educação, Agricultura e Meio Ambiente. (FAO, 2014, p. 7)

Em relação ao combate à fome, a FAO (2014) ainda ressalta a exitosa abordagem na implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, em paralelo com os

programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Enquanto os grandes produtores dominam a produção para o mercado externo, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONCEITO

Em 15 de setembro de 2006 foi criado pela lei nº 11.346 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, tendo como objetivo assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada. O segundo artigo da lei determina que:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

Fica evidente no artigo o compromisso do governo brasileiro em relação a políticas que visem garantir ao cidadão uma condição mínima de qualidade de vida. Além disso, a lei pauta não apenas o acesso ao alimento como garantia de dignidade do indivíduo, a qualidade do mesmo passa a ser uma prioridade.

Segundo o CONSEA (2004) mesmo o Brasil sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo, grande parte da população não tem à sua disposição alimentos básicos necessários no dia-a-dia. Pode-se detectar as situações de insegurança alimentar através de diferentes tipos de problemas, como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou as relações econômicas e sociais; alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural.

Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF (2008-2009) mostraram um padrão alimentar inadequado para a maioria dos brasileiros, caracterizado pelo alto consumo de alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio e pobres em micronutrientes, combinado a uma baixa ingestão de alimentos protetores, como frutas verduras, legumes e grãos integrais (MDS, 2011).

Um pressuposto básico de segurança alimentar e nutricional é o acesso de toda a população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo água (CONSEA, 2004). Quanto à definição de SAN, pode-se no caso do Brasil utilizar-se do conceito definido no terceiro artigo da lei nº 11.346.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis

Esse conceito foi construído democraticamente e reflete uma visão abrangente e integrada que permite uma visão mais integral e uma compreensão das inter-relações entre as diversas dimensões do SAN. Essa visão contribuiu para políticas Inter-setoriais e integradas no Brasil (SILVA, 2014). Segundo o CONSEA (2004), intersetorialidade é uma das premissas básicas de SAN. Pois enquanto os setores agirem de forma isolada, não haverá política de SAN efetiva. Através de ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que respeitem a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto, pode-se evitar que recursos sejam desperdiçados ou utilizados por grupos isolados para interesses particulares.

Dois conceitos são relacionados a SAN, o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade definidos por um pacto mundial do qual o Brasil faz parte (CONSEA, 2004). Burity et al. (2010) afirmam que o conceito de SAN é um conceito em construção. Pois a questão alimentar está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses, além disso, o conceito evolui na medida em que avança a história da humanidade. A temática, tanto em nível internacional quanto no nacional, segundo Silva (2014), sempre esteve permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política.

Durante a Primeira Guerra Mundial o termo segurança alimentar estava associado com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação. Sendo na Segunda Guerra tratado hegemonicamente como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos relacionada à produção. Nesse contexto, surge a chamada Revolução Verde e seu pacote tecnológico com a garantia de aumento da produtividade associada ao uso de novas variedades genéticas fortemente dependentes de insumos químicos (BURITY ET AL., 2010).

Contudo, os males da desnutrição e da fome não deixaram de estar presentes para uma grande parcela da população mundial. O que ficou evidente que a causa da nutrição inadequada estava relacionada à pobreza.

Além de haver uma estreita ligação entre fome e pobreza, os dois fenômenos se influenciam mutuamente, em uma causação circular perversa, de natureza multidimensional. Isso porque, de acordo com Jonsson (1989), a fome, resultante da ingestão de alimentos em baixa qualidade e/ou quantidade, implica deterioração do estado de saúde e, por conseguinte, compromete o desempenho produtivo e a integração social de indivíduos. Por sua vez, os fatores envolvidos determinam o acesso desigual dos indivíduos a bens e serviços para o suprimento das necessidades essenciais à existência humana, tais como: alimentação, habitação, água, educação e serviços de saúde. Ademais, quanto mais pobre uma família, maior o peso relativo dos gastos com alimentação sobre sua renda total, o que compromete seriamente o acesso a outros bens e serviços necessários. Ou então, qualquer necessidade de gasto extra afeta a própria capacidade de satisfação de suas necessidades alimentares básicas. (SILVA, 2014, p. 7)

Foi após a década de 80 que o conceito de SAN passou a ser associado com a garantia permanente de acesso físico e econômico de todos, a quantidade suficientes de alimentos. No final dos anos 80 o conceito passou a incorporar a ideia de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso a informação (BURITY et. AL., 2010).

Uma política de SAN deve expressar dois componentes básicos, o componente alimentar e o nutricional. O componente alimentar está relacionado com a disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento. Já o componente nutricional está relacionado às práticas alimentares (onde, como e quando nos alimentamos, o que escolhemos, como preparamos e o que consumimos) e à utilização biológica do alimento (CONSEA, 2004).

O decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 no seu terceiro artigo cita as diretrizes que baseiam a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, que são:

- I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e

comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2010, p. 1).

Dessa forma fica clara a intenção do governo de garantir à parcela da população mais fragilizada o acesso a uma alimentação adequada que garanta aos indivíduos a possibilidade de uma vida minimamente digna. Além disso, há a intencionalidade de fortalecer a SAN por meio das universidades e ação articulada entre diversas instituições.

3 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA - AUP

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a agricultura urbana periurbana com base nas literaturas sobre a área. Inicialmente procurou-se apresentar seus principais conceitos elencando seus benefícios. Está presente nesse momento uma breve explicação sobre hortas comunitárias visto que essa modalidade de AUP tem grande impacto na questão de geração de renda. Além disso, mostra-se brevemente o que foi a política de AU que esteve presente nas estratégias do governo de combate a fome. O capítulo também relata experiências de AU espalhadas pelo mundo e no Brasil.

3.1 CONCEITO

Como já foi salientado no início deste trabalho, a agricultura urbana surge como uma saída para muitos dos problemas causados pelo inchaço populacional das cidades. Em especial a uma contribuição a parcela da população fragilizada e que necessita de condições para uma vida digna.

Cribb e Cribb (2009 p. 4) definem a AUP da seguinte forma:

A agricultura urbana é uma atividade que se refere a pequenos espaços produtivos localizados nas cidades, tais como, quintais, terrenos baldios, jardins, varandas, jardineiras, recipientes em geral, utilizados para produzir hortaliças, plantas medicinais, ornamentais; e também áreas destinadas a criação de pequenos animais domésticos para consumo próprio ou para a venda nos mercados da vizinhança. Em alguns lugares envolve não só a produção, mas o processamento e comercialização de alimentos, podendo-se dizer que a agricultura urbana é uma indústria que se situa tanto em regiões dentro (intra-urbana) ou à margem (peri-urbana) de um município, uma cidade, um centro urbano.

Pode-se observar que a agricultura urbana e periurbana abrange diversas atividades que vão desde produção de alimentos, hortaliças e pecuária, à produção de plantas ornamentais e medicinais. Além disso, na AUP há também agregação de valor nos produtos gerados.

Há uma grande gama de agentes sociais que atuam em várias escalas territoriais, possuem objetivos, formação e recursos diversos, o que confere a AUP uma pluralidade de experiências vinculadas a determinados contextos e cujos resultados cumprem com um objetivo essencial: a produção destinada ao autoconsumo (ZAAR, 2015).

Existe na AUP uma simbiose de ações, reações e resultados. O apoio político local, a predisposição e as determinações comunitárias e individuais, os projetos de extensão universitária e a atuação de ONGs tem provido, segundo a demanda existente, cursos de capacitação, oferta de micro créditos, assessoria aos empreendimentos de economia solidária, apoio a produção e comercialização, entre outros (ZAAR, 2015).

Observa-se na AUP possibilidades do ponto de vista econômico. Os alimentos produzidos podem ser uma fonte de renda direta, através da venda dos produtos gerados, ou seja, o agricultor pode obter renda comercializando sua produção primária ou através de técnicas simples para agregar valor a sua produção e com isso obter maiores ganhos financeiros. Outro ponto importante é a fonte de geração indireta de renda através do consumo dos alimentos produzidos, o autoconsumo.

Os ganhos que uma família carente obtém com o consumo desses alimentos vão muito além do econômico, pois há a possibilidade de consumo de alimentos de qualidade nutricional mais elevada e muitas vezes livres de agrotóxico. Outro ponto importante é a grande variedade de alimentos que podem ser produzidos. Essa diversidade alimentar possibilita um enriquecimento na dieta das famílias que têm a AUP inserida no seu cotidiano. Dessa forma políticas de AUP podem trazer grandes benefícios para a população, principalmente para os mais carentes.

O apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos de alimentos promove a equidade e a inclusão social, pois são grandes geradores de ocupação e de renda, ao mesmo tempo que resulta em maior e mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis. Permite, também, associar as estratégias de segurança alimentar e desenvolvimento territorial, valorizando os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos que se formam no interior do país. (CONSEA, 2004. P.7)

Ou seja, políticas públicas fomentadoras da prática de AU, podem possibilitar a geração de renda e uma vida mais saudável. Para ressaltar a grande diversidade produtiva na AUP destaca-se um parágrafo de Santos (2011 p. 173):

São várias as espécies de plantas com potencial para o ambiente urbano, como por exemplo as hortaliças de folhas, flores e hastes (agrião, acelga,

alface, almeirão, aspargo, brócolos, cebolinha, couve, couve-flor, coentro, espinafre, repolho, rúcula e salsa), as hortaliças de frutos (abóbora, abobrinha, berinjela, chuchu, jiló, pepino, pimentão, pimenta, quiabo e tomate) e hortaliças de raízes, tubérculos, bulbos e rizomas (alho, batata-doce, beterraba, cará, cebola, cenoura, couve-rábano, mandioca, nabo e gengibre). São comuns também em hortas e quintais na zona urbana espécies medicinais como a erva-cidreira, o capim-limão, o alho, a babosa, a arnica, a erva-doce, a erva-mate, a hortelã, a malva, a quina e a romã. Já em relação à criação de animais no ambiente urbano destaca-se a criação de frangos para o autoconsumo, podendo ainda ser criados coelhos, caprinos, porcos, e peixes.

Além da grande variedade de alimentos, as hortas, uma das tipologias de AU, podem fornecer plantas medicinais, as quais em geral são utilizadas para fins terapêuticos. Sendo assim a AUP tem uma grande contribuição para a manutenção da saúde, não só pelo fornecimento de uma ampla variedade de alimentos limpos e nutritivos, como pelo acesso a medicinas alternativas.

Outro ponto importante a ressaltar, é a questão da criação de animais que está presente nas práticas de AUP e que garantem às famílias uma possibilidade maior de diversificação da sua alimentação e da sua renda.

Machado (2002, p. 11) traz uma definição do AUP do ponto de vista espacial:

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área interurbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios. A área periurbana é mais complexa quanto à definição de sua localização. Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km, dependendo do desenvolvimento da infraestrutura de estradas e dos custos de transporte. A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar o trabalho rural com o não-rural, o que, em determinado momento pode ser uma vantagem. Muitas áreas que há pouco tempo eram consideradas rurais, hoje são áreas de agricultura periurbana.

Zaar (2015) ainda destaca que há outros elementos que distinguem a questão do urbano e periurbano. Entre esses elementos estão as atividades que se desenvolvem nos dois âmbitos territoriais e o destino da produção. Dependendo das características de cada espaço, a AU integra uma ampla variedade de hortaliças e a criação de animais de pequeno porte, ainda que a existência de vacas com vista à produção e comercialização do leite seja comum. Já a agricultura periurbana pode incorporar uma variedade muito maior de cultivos, um maior número de animais e áreas de pastagens.

Com esses conceitos de Agricultura Urbana e Periurbana pode-se ter noção da abrangência referente à temática e à infinidade de possibilidade que a mesma proporciona para o desenvolvimento da qualidade de vida dentro das cidades. Além disso, consegue-se distinguir as diferenças que existem entre o conceito de urbano e periurbano envolvidos nesta pesquisa.

Porém essa prática apresenta possibilidades que vão muito além da produção de alimentos e geração de renda. A ocupação de espaços urbanos subutilizados aparece como outra característica importante. Cribb e Cribb (2009 p. 4) destacam bem essas vantagens:

Além destes aspectos ressalta-se que a existência de espaços desocupados tais como terrenos baldios precisam ser saneados posto que, representa um meio de acúmulo de lixo e conseqüentemente favorece o aparecimento de vetores como ratos, mosquitos, moscas, baratas, entre outros insetos perigosos para a saúde da população. Nesse sentido, o incentivo, o investimento em áreas públicas ou privadas ociosas, a melhoria das condições dos quintais subaproveitados, garantem a melhoria da qualidade de vida da população, tanto do ponto de vista nutricional – visando uma melhor alimentação sem a utilização de insumos químicos -, quanto a utilização de uma mão-de-obra disponível e até mesmo proporcionando qualidade consideravelmente maior ao ambiente local através de áreas verdes, destacando-se as hortas comunitárias familiares, a arborização urbana com árvores de várias espécies e o uso de plantas ornamentais e medicinais.

Assim a Agricultura Urbana e Periurbana tem que ser vista não apenas uma fonte de alimentos, mas também uma possível saída para problemas como saneamento básico, saúde pública e embelezamento das cidades. Todas as características levantadas mostram um potencial imenso na contribuição da qualidade de vida, não só dos agricultores urbanos, como também de toda a população inserida ao redor desses espaços.

Resumidamente segundo o CONSEA (2004, p. 40), as ações de AUP:

Permitem otimizar espaços ociosos nos núcleos urbanos e em sua periferia, em geral destinados à especulação imobiliária e sujeitos à degradação ambiental. A implantação de projetos participativos para a produção em bases agroecológicas permite a obtenção, a baixo custo, de hortaliças, frutas, pequenos animais e ervas medicinais. Esses projetos podem promover, simultaneamente, diferentes aspectos de SAN, como a educação alimentar, a diversificação e a valorização da cultura alimentar local, o fortalecimento da agricultura de base familiar. Também potencializam a economia local, contribuindo para o abastecimento urbano e gerando instrumentos de inclusão social.

A AUP pode ser utilizada ainda como ferramenta de educação ambiental. Existem diversas vantagens na prática de produção de alimentos no meio urbano dentre as quais estão

o aumento da absorção de águas pluviais, o aumento da biodiversidade nos espaços urbanos, a maior limpeza de quintais e terrenos baldios, uma maior convivência e integração e cooperação entre vizinhos e como consequência uma relação de reconhecimento e respeito a cada um. Além disso, há valorização da cultura local. Por meio dessas atividades é possível levar as pessoas envolvidas no processo a tomar consciência da situação do lugar e da condição em que vivem, e através de uma educação crítica e reflexiva, buscar uma participação atuante e responsável com objetivo de alcançar melhoria da qualidade de vida das pessoas e do seu meio (CRIBB & CRIBB, 2009).

Dessa forma, percebe-se na AU mais uma ferramenta para contribuir com os ambientes urbanos. As políticas relacionadas à temática se bem estruturadas podem ter um grande potencial de educação ambiental.

3.2 PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA NO BRASIL

As hortas comunitárias urbanas implementadas pelo LECERA são oriundas de financiamento do Governo Federal via MDS. O processo de formação da política de AUP foi recente e teve como base um conjunto de ações estratégicas para o enfrentamento da fome e da pobreza e para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (FREDDI, 2015). As primeiras ações do Governo Federal em relação ao AU foram realizadas no primeiro ano do governo Lula em 2003, através do extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome - MESA² apoiando a implementação de hortas comunitárias, lavouras, viveiros, pomares, canteiros, e criação de pequenos animais, bem como a implementação de unidades de processamento e beneficiamento dos alimentos, para agregar valor aos produtos (PINHEIRO e FERRARETO, 2010). As autoras consideram dois marcos importantes para a consolidação de ações de AU no âmbito do Governo Federal. Primeiro foi a criação do Programa de Agricultura Urbana, ação da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN do MDS. O segundo fator foi a realização da II Conferência Nacional

² Juntou-se ao Ministério da Assistência Social com a formação de um novo ministério, sendo este, o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

na Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, em Olinda, em março de 2004. Na conferência se apresentou a AU como uma estratégia prioritária.

Referente ao programa de AU:

O Programa foi criado com o objetivo de consolidar no Brasil a cultura da Agricultura Urbana, para melhorar o auto-abastecimento das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, ampliar a oferta de alimentos e geração de renda em áreas urbanas, contribuindo assim para a construção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na perspectiva da garantia do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade e quantidade suficientes e de modo permanente. (PINHEIRO & FARRAREFTO, 2010, p. 6)

Nesse contexto, já pode-se observar nas práticas de AU uma ferramenta de combate a fome e a garantia de acesso a alimentos saudáveis. Além disso, se vislumbra um potencial de geração de renda indireta, através do autoconsumo, para famílias como menor poder aquisitivo.

O governo buscou criar condições para um sistema público de AU. Essas ações contavam com recursos garantidos em lei, gestores capacitados, diretrizes e uma rede pública de equipamentos prestadora de serviços públicos aos seus beneficiários. O somatório dessas ações foi decisivo para a institucionalização da AU na esfera federal como política pública. (PINHEIRO & FERRARETO, 2010).

Contudo em 2013 o Programa de AU foi extinto. São vários os motivos que levaram a esse desfecho. Freddi (2015) apresenta alguns deles. Como a falta de um corpo técnico qualificado para agilizar a execução dos convênios e as prestações de contas, o fracasso de diversas iniciativas financiadas pelo MDS, a insegurança jurídica quanto ao acesso à terra pelos agricultores urbanos, lentidão nos processos de compra pública e questões políticas relacionadas com a troca de governo.

Entendemos que um dos maiores desafios para a consolidação e expansão das iniciativas da AUP é a ausência de marcos legais, políticas e instituições específicas. Esta condição contribui para que exista um amplo conjunto de fatores que limitam o seu desenvolvimento, entre os quais se incluem as restrições do uso do solo urbano, as descontinuidades dos programas e projetos públicos, a necessidade de assistência técnica continuada e a obtenção de créditos, infraestrutura e logística de comercialização. Contextos que de uma ou de outra forma afetam aos produtores organizados sob esta ou outra denominação similar (ZAAR, 2015, p. 39).

3.3 HORTAS COMUNITÁRIAS

Existem diversas tipologias de AUP, como hortas residenciais, hortas em telhados (chamados telhados verdes), hortas escolares, plantas em vasos, técnicas de cultivos em pequenos espaços (principalmente em apartamentos) etc. Porém uma merece destaque nesse trabalho, as hortas comunitárias. Saraiva (2011), citado por Freddi (2015, p. 99), afirma:

Por natureza, as hortas de caráter comunitário são espaços coletivos, de convívio e aprendizagem, com forte potencial sociocultural e de incremento de qualidade na vida dos seus mantenedores e consumidores. Quase sempre são articuladas e mantidas pela comunidade local, que cultiva com o intuito de fazer face às suas próprias necessidades alimentares e/ou para complementar a renda familiar por meio da comercialização dos produtos.

Geralmente as hortas são instaladas em áreas urbanas ociosas, sendo usadas para o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, produção de mudas, frutas, leguminosas e outros alimentos e sua produção abastece famílias que moram perto desses terrenos (ARRUDA, 2006). Segundo a autora os objetivos relacionados as hortas comunitárias são:

Utilização racional de espaços – uso racional de espaços ociosos, evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento desordenado de plantas daninhas evitando à proliferação de animais nocivos a saúde humana;

Desenvolvimento local - valoriza a produção local de alimentos e outras plantas úteis, fortalecendo a cultura popular e criando oportunidades para o associativismo bem como a formação de lideranças e trocas de experiências;

Segurança alimentar – garante ao agricultor saber a origem e qualidade de seus alimentos.

Formação de microclimas e manutenção da biodiversidade – favorece a manutenção da biodiversidade, proporcionando sombreamento, odores agradáveis e contribuindo para a manutenção da umidade, etc., tornando o ambiente mais agradável e proporcionando, inclusive, qualidade de vida aos animais domésticos;

Escoamento de águas das chuvas e diminuição da temperatura - favorece a infiltração de água no solo, diminuindo o escoamento de água nas vias públicas, e contribuindo para diminuição da temperatura, devido à ampliação da área plantada e respectiva diminuição de áreas construídas;

Diminuição da pobreza – pela produção de alimentos para consumo próprio ou comunitário (em associações, escolas, etc.);

Renda - possibilidade de produção em escala comercial, especializada ou diversificada, tornando-se uma opção para a geração de renda direta através da venda ou indireta através do consumo.

Com base nessas características, pode-se enxergar nas hortas comunitárias uma possibilidade para combate a fome. Os grandes centros urbanos possuem uma gama de espaços subutilizados (muitos em poder do Estado) e que em alguns casos servem como depósitos de lixo. Políticas que incentivem a prática de hortas comunitárias podem contribuir com geração de renda, garantia de alimentos mais saudáveis, saneamento público, embelezamento das cidades, melhoria da qualidade ambiental etc.

3.4 EXPERIÊNCIAS DE AUP NO MUNDO

Há inúmeras experiências de AUP espalhadas pelo mundo, cada uma com suas particularidades. Há registro de experiências de agricultura urbana em Cuba, Argentina, EUA, Portugal, Moçambique, México, China, Equador, Chile, Canadá, Chile entre outros. Assis e Aquino (2007) destacam um trecho de Madaleno (2002):

Atualmente, a agricultura urbana constitui um fenômeno socioeconômico crescente em todo o mundo. Nos países desenvolvidos, constitui um sistema de produção importante e altamente competitivo, enquanto que nos países subdesenvolvidos, tradicionalmente, tem se apresentado como uma estratégia de sobrevivência dos mais pobres, já que fornece alimento e emprego a uma parcela significativa da população, representando nas cidades africanas importante complemento da renda familiar e relevante fonte de proteínas e vitaminas.

Destaca-se nas palavras de Zaar (2015) que as circunstâncias políticas, econômicas, sociais e ambientais que fomentam a origem e expansão das práticas de AUP compreendem, concomitantemente, elementos globais e particulares de cada território.

Nota-se na literatura que há experiências de AUP tanto em países subdesenvolvidos como os desenvolvidos. Conforme será visto a seguir, a AUP não se limita apenas a países “pobres” e as necessidades de medidas de segurança alimentar estão presentes até nas grandes nações. Ao fazer esse resgate a intenção é mostrar que a AUP não se apresenta apenas como uma possibilidade para demanda de alimentos.

Inicialmente tem-se o caso de Cuba, que além de se enquadrar como uma nação subdesenvolvida sofreu bloqueio econômico que interferiu fortemente na sua economia, principalmente em relação ao abastecimento de alimentos. Lopes e Lopes (2012) sobre a experiência no país:

A agricultura urbana em Cuba é uma das mais bem sucedidas do mundo. Sua rápida expansão se deve principalmente a estratégias governamentais postas em prática na ilha caribenha a partir da década de 1990, quando o país atravessou dura crise econômica relacionada à queda do bloco soviético. Esse período foi marcado pela insegurança alimentar e pelo surgimento de doenças e epidemias na população. Foi nesse contexto que o governo cubano tomou a iniciativa de resgatar a agricultura tradicional nas cidades cubanas, principalmente em Havana, onde residia um quinto da população do país.

Figura 1: Posto de venda de agricultora localizado ao lado da unidade de produção em Havana



Fonte: Lopes & Lopes (2012)

Figura 2 : Unidade de produção orgânica urbana em Havana.



Fonte: Lopes & Lopes (2012)

Nota-se que a ação do governo foi um importante fator para o desenvolvimento da agricultura urbana. O Estado criou em Cuba toda uma estrutura de suporte que permitiu o AUP se desenvolver de forma satisfatória.

O movimento de Agricultura Urbana em Cuba é dirigido pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), sendo apoiado por todos os setores envolvidos na produção de alimentos. O Ministério da Agricultura e as organizações de massa trabalham em conjunto, procurando dar soluções locais a cada problema em particular e com os próprios recursos. O GNAU, composto por 26 integrantes (representando 17 Instituições Científicas e 7 Ministérios), executa suas atividades através de diferentes subprogramas. Com o avanço da Agricultura Urbana, os subprogramas têm se ampliado a cada ano, e atualmente são 28, sendo 12 de cultivos (hortaliças e condimentos frescos; plantas medicinais e condimentos secos; plantas ornamentais e flores; frutas; cultivo protegido; arroz popular; florestais, café e cacau; banana; raízes e tubérculos tropicais; oleaginosas; feijão; milho e sorgo), 7 de pecuária (apicultura; avicultura; cunicultura; ovino-caprinocultura; suinocultura; bovinocultura; psicultura) e 9 de apoio (controle, uso e conservação de solo; matéria orgânica; sementes; irrigação e drenagem; nutrição animal; comercialização; pequena agroindústria; ciência, tecnologia e capacitação; meio ambiente). (AQUINO & ASSIS, 2007)

Percebe-se o grande movimento realizado pelo Estado cubano em busca de garantir a sua população acesso a alimentação. Outro ponto em destaque é a questão da pecuária presente nas estratégias do governo em relação às práticas de AUP nesse país.

Porém vale destacar que essa estrutura também surgiu como uma necessidade de melhorar o potencial produtivo do país devido ao bloqueio econômico que impediu Cuba de importar agroquímicos dos EUA que eram fortemente utilizados pelo mesmo. O lado positivo disso é que Cuba foi obrigada a adotar uma agricultura urbana de base ecológica, porém houve uma drástica redução das produções de curto prazo. Dessa forma o GNAU tinha como objetivo recuperar a capacidade de produção alimentar de Cuba e alicerçar um padrão agrícola sustentável. (LOPES & LOPES, 2012)

Dentro do continente europeu chama a atenção a experiência de Portugal com cerca de 107 hortas ativas segundo Gonçalves (2014). A autora ainda ressalta nas palavras de Luiz & Veronez (2012) a respeito da importância dos órgãos públicos “atuando não só como agentes fomentadores da atividade da Agricultura Urbana, mas também incentivando a participação de indivíduos e de outras formas de sociedade organizada”. Além disso, “Estabelecimentos de Ensino Público e Associações/Instituições em muito têm contribuído, igualmente, para o incremento de iniciativas deste âmbito”.

Portugal apenas começou a aderir às mesmas nos anos mais recentes. A principal razão que espoletou [deu origem a] este interesse prende-se com fatores económicos, os quais têm levado à criação de inúmeras hortas cidadinas de cariz social, um pouco por todo o país. A presença das Câmaras Municipais e de outras formas de sociedade organizada, nomeadamente, Instituições e Associações, aliada à força de vontade da população, têm contribuído para fomentar o espírito rural no meio urbano, dando primazia a

uma agricultura biológica que proporciona alimentos saudáveis e nutritivos. (GONÇALVES, 2014, p. 38)

Figura 3: Horta de Telheiras, Horta da Granja e Horta de Campolide. Todas localizadas em Portugal.



Fonte: Gonçalves (2014).

Na região da Ásia destaca-se o caso da China que sempre sofreu com a questão do abastecimento de alimentos para sua população. Nos anos 60, com o objetivo de alcançar as nações desenvolvidas o país investiu fortemente na industrialização deixando de lado a agricultura. Como consequência muitas pessoas morreram de fome. Sendo assim o governo chinês viu que era necessário estabelecer um equilíbrio maior entre indústria e agricultura. Através de uma série de políticas foi possível reverter a situação e, nos anos 90, o problema da escassez de alimentos, em questão de quantidade, havia sido resolvido. Entretanto, em termos de qualidade, alguns problemas persistiam. (JIANMING, 2003, p. 2)

No final dos anos 90, uma mudança importante ocorreu, trazendo um novo desenvolvimento para a agricultura periurbana chinesa. Em vez de prestar tanta atenção à quantidade do fornecimento de comida, a população começou a priorizar a qualidade dos alimentos. A China começou a empregar o conceito de segurança alimentar na sua agenda de planejamento, e a considerá-la como uma nova estratégia. Segurança alimentar, hoje, na China, significa um fornecimento suficiente, sustentável, acessível, diversificado e nutritivo de alimentos, e já foi percebida a importância da agricultura periurbana para a segurança alimentar do povo chinês.

Outro local de destaque é Vancouver no Canadá. Na cidade existem 18 hortas comunitárias tendo a maioria delas lista de espera de cerca de um ano para os interessados em participar. Além disso, na cidade as formas de AUP incluem plantios em telhados, as hortas em quintais, as paisagens comestíveis e os mercados de produtores. A cidade também conta com uma política pública favorável ao desenvolvimento da AUP. Assim como todas as grandes cidades Vancouver vem enfrentando problemas relacionados a expansão urbana, a pressão populacional, aumento dos índices de pobreza e desnutrição. Em 8 de julho de 2003, a

Câmara Municipal de Vancouver aprovou uma moção de apoio ao desenvolvimento de um sistema alimentar “justo e sustentável” para a cidade (MENDES, 2006).

O compromisso da municipalidade com a política alimentar incluiu um processo de consulta pública de 8 meses; um levantamento do sistema alimentar da cidade; a aprovação de um Plano de Ação Alimentar; a contratação de uma equipe dedicada à política alimentar; a facilitação de várias iniciativas relacionadas com o sistema alimentar, incluindo hortas comunitárias, apicultura urbana, plantio de frutíferas, e um projeto de paisagem comestível; a colaboração em projetos de vários parceiros; e a eleição de um Conselho da Política Alimentar de Vancouver, multi-setorial e formado por 18 membros (MENDES, 2006).

Mendes (2006) ainda destaca que as pessoas que participam do Conselho da Política Alimentar estão relacionadas com todos os aspectos do sistema alimentar local, com variadas formações e experiências.

Além de Vancouver, destaca-se a experiência em Toronto, também no Canadá. A cidade desde 1991 possui um conselho de política alimentar – *Toronto Food Policy Council* (TFPC). O TFPC é uma referência internacional, seguido por muitas outras cidades do Canadá, EUA e Europa (RENTING, 2014).

O TFPC tem gerado importantes resultados para as políticas locais relacionadas com a alimentação da cidade, por exemplo, o Grow TO - Plano de Ação para a Agricultura Urbana de Toronto, programa criado em 2012, que define as políticas e medidas de apoio para os esforços de cultivo de alimentos por parte dos cidadãos de Toronto. (RENTING, 2014, p. 35)

Os Estados Unidos também apresentam experiências de AUP. Berges (2014) mostra experiências inovadoras presentes no país, como o Plante Chicago, uma empresa social que estabeleceu, em uma instalação frigorífica abandonada, um consórcio de produção e processamento de alimentos. Outro programa que apoia hortas comunitárias em Nova York é o Dedos Verdes. Outro exemplo é o Cultivando a Casa em Chicago que foca na produção de alimentos limpos. O programa tem, entre seus objetivos, a formação profissional de jovens desfavorecidos. A formação dura três meses, incluindo teoria e prática. Os temas abordados são produção agrícola, transformação e comercialização, além de temas relacionados à alimentação saudável.

Cohen e Wijsman (2014, p. 29) fazem uma análise da agricultura urbana como infraestrutura verde em Nova York.

A experiência de Nova York sugere que, caso as “paisagens produtivas” sejam integradas no plano de gestão das águas pluviais, as cidades podem ser capazes de reduzir o seu fluxo e a poluição resultante e, ao mesmo tempo,

apoiar a criação de hortas e áreas verdes “comestíveis” a um custo menor do que o cobrado pelas medidas de adaptação tradicionais.

Essas observações surgem da necessidade de Nova York solucionar seus problemas com tratamento de esgoto que em épocas de chuvas acabam transbordando e causando problemas de ordem ambiental e de saúde pública.

No caso de eventos climáticos extremos - que podem ocorrer com maior frequência devido às mudanças no clima – as fortes chuvas não podem ser absorvidas e inundam as vias e as propriedades, trazendo consigo as águas negras que extravazam dos mesmos drenos, ocorrendo o chamado “transbordamento de esgoto combinado” – TEC (*Combined Sewer Overflow* – CSO) (COHEN e WIJSMAN, 2014, p. 29)

A estratégia convencional para impedir esses transbordamentos é, por exemplo, expandir as estações de tratamento de esgoto. Porém as opções convencionais são caras e politicamente impopulares nas comunidades que hospedarão essa infraestrutura. Uma solução mais popular e econômica é aumentar a permeabilidade do solo da cidade por meio de diversas formas de “infraestrutura verde”. São elas: parques, faixas plantadas em estradas, pavimentos permeáveis e áreas agrícolas (COHEN, WINJSMAN, 2014).

A infraestrutura verde absorve parte da água da chuva e desacelera sua corrida, evitando o transbordamento da rede de esgoto. Além disso, contribui para aumentar a biodiversidade local, reduzir o efeito “ilha de calor urbana” e, no caso de hortas e de outros sistemas produtivos alimentícios, oferece todos os demais benefícios nutricionais e socioambientais associados à agricultura urbana. (COHEN, WINJSMAN, 2014, p.30)

Figura 4: “Fazenda” Brooklyn Grange em Nova York.



Fonte: COHEN, WINJSMAN (2014).

Para finalizar a análise das experiências em AUP pelo mundo, vamos verificar o caso de Rosário na Argentina. Segundo a FAO (2014), a cidade que possui aproximadamente 1.350.000 habitantes, está entre as 10 mais verdes da América Latina e Caribe a cultivar plantas e criar animais. O número de cidadãos que praticam agricultura é em torno de 1800 sendo 250 em tempo integral. Desde 2004 a cidade realiza anualmente a semana de Agricultura Urbana. Rosário é uma das poucas cidades grandes da América do Sul que tem a agricultura totalmente incorporada no seu planejamento de uso da terra e estratégias de desenvolvimento urbano.

O surgimento da AU em Rosário foi uma resposta a uma situação de extrema pobreza que a cidade vinha enfrentando. Em 2002 o governo municipal respondeu a crise com o lançamento de um programa de agricultura urbana.

La primera fase del Programa de agricultura urbana fue tan exitosa, que en 2004 Rosario fue galardonada con el Premio Internacional de Dubái a las Buenas Prácticas, administrado por el Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU-Hábitat). Una evaluación reveló que había cerca de 10 000 familias de bajos ingresos directamente involucradas en la agricultura urbana y que las ventas reportaban a los productores hasta 150 USD por mes, una cantidad muy por encima de la línea de pobreza. Casi dos tercios de los horticultores eran mujeres, y para la gran mayoría, la agricultura era la principal fuente de ingresos. (FAO, 2014)

Fica evidente mais uma vez o papel primordial do Estado na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura urbana. O estudo realizado pela FAO (2014) mostra como uma política pública bem estruturada pode render resultados grandiosos.

Rosario ha demostrado que, cuando hay voluntad política y una clara visión de inclusión social, es posible poner en marcha en poco tiempo un programa exitoso de agricultura urbana. En tan solo 12 años, el programa ha transformado y revalorizado los recursos de la ciudad mediante la rehabilitación de terrenos baldíos abandonados, recuperando y revitalizando espacios públicos, y creando una alternativa de abastecimiento continuado de verduras libres de agrotóxicos y producidas de forma agroecológica. (FAO, 2014)

Figura 5: A direita horta comunitária em bairro de Rosario e a esquerda viveiro agroecológico da cidade.



Fonte: FAO (2014).

3.5 EXPERIENCIAS DE AUP NO BRASIL

As experiências de agricultura urbana no Brasil são bem expressivas. Inicialmente tem-se as experiências do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA) na região Norte e Nordeste de Santa Catarina.

Como resultado dos projetos executados pelo LECERA foram articulados 14 espaços comunitários de produção de alimentos nos municípios de Joinville, São Bento do Sul, Itaiópolis e Canoinhas beneficiando mais de 1000 famílias residentes em regiões periféricas destes municípios. Vale ressaltar que o laboratório sempre procurou apoiar e fomentar iniciativas e ações de Agricultura Urbana que dialoguem diretamente com a Política de Segurança Alimentar, com os planos locais para o desenvolvimento sustentável e, sobretudo, com a Agroecologia (LECERA, 2016).

O Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP) foi desenvolvido em duas frentes de atuação distintas e complementares. Nas áreas de Reforma Agrária, foram abrangidos 28 assentamentos, englobando 691 famílias assentadas e acampadas.

O objetivo principal do projeto nesta frente de atuação foi o de desenvolver e ampliar a produção de hortifrutigranjeiros agroecológicos pelos

assentamentos da região como alternativa à reconversão do cultivo do fumo, a fim de superar as baixas condições de desenvolvimento humano e produtivo associadas. (FREDDI, 2015, p. 107)

Nas áreas urbanas:

A opção foi operar a partir da implantação de hortas comunitárias em espaços públicos ociosos, tendo como público prioritário famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar cadastradas como beneficiárias dos programas de transferência de renda articulados pelos Centros Municipais de Referência em Assistência Social (CRAS). (FREDDI, 2015, p. 106)

Figura 6: Horta comunitária Girassol em Joinville/SC.



Fonte: Arquivos do autor³.

Figura 7: Horta comunitária dos Ipês em Joinville/SC.



Fonte: Arquivos do autor.

Outro exemplo de Agricultura Urbana no Brasil é a cidade de Belo Horizonte capital do estado de Minas Gerais. A cidade foi considerada pela FAO em 2014 como uma das 10 cidades mais verdes da América Latina e Caribe. Possuindo uma política municipal de apoio a AU em

³ Durante a elaboração desta monografia realizou-se algumas visitas às hortas comunitárias que integraram a dissertação de Freddi (2015). O intuito das visitas era realizar um levantamento de dados com famílias que participam de hortas comunitárias.

vigor desde 1998, foram criadas na cidade 185 hortas e 48 pomares. A política de AU de Belo Horizonte faz parte de um programa da Secretária Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional - SMANSAN. “Criada em 1993, com Objetivo de planejar e coordenar a Política de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional da capital mineira, a SMASAN envolve diariamente mais de um milhão de cidadãos belo-horizontinos” (Belo Horizonte, 2016). Entre suas linhas de ação está o fomento a agricultura urbana. As práticas de cultivo são principalmente orgânicas sendo proibido o uso de pesticidas. Para auxiliar os produtores a SMANSAN conta com uma equipe de profissionais capacitados (FAO, 2014).

Um meio muito eficaz utilizado para promover a AU na cidade de Belo Horizonte tem sido as hortas escolares, que passaram de 68 a 126 entre os anos de 2008 e 2012. “*Estos huertos, en los que se cultivan coles, lechugas, hierbas y plantas aromáticas, funcionan como centros al aire libre, con fines didácticos en materia de medio ambiente y alimentos*” (FAO,2014).

Em Florianópolis capital do Estado de Santa Catarina também há presença de práticas de agricultura urbana. Segundo Alves e Corrêa (2009), a AU mobiliza na cidade 11 grupos, sendo estes assessorados pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO. O CEPAGRO é uma Organização não Governamental (ONG) fundada em 1990 e vinculada ao Centro de Ciências Agrárias da UFSC. O enfoque dos projetos de AU desenvolvidos pela ONG é direcionado a educação ambiental, em práticas relacionadas com a construção e manutenção de composteiras, produção de mudas e plantio nos canteiros das hortas agroecológicas. As comunidades que aderiram a prática vivenciam vários problemas relacionados ao crescimento urbano desordenado.

Figura 8: Horta escolar/comunitária na Escola América Dutra e na Creche Chico Mendes em Florianópolis.



Fonte: Abreu 2013.

4 AUP COMO FONTE DE RENDA

Primeiramente é necessário começar com o conceito mais básico que envolve essa pesquisa, a renda. A renda pode ser entendida na forma de salário, lucro, juro, aluguel, arrendamento ou remuneração por serviços prestados. Porém, a renda que cada indivíduo possui deve vir deduzida de impostos pagos ao governo. A renda representa resumidamente o quanto o indivíduo tem disponível para consumo ou poupança (SANDRONI, 1999). Já a renda familiar é a somatória das rendas individuais de cada indivíduo que compõe a família.

Para trazer a discussão sobre a interferência econômica que a AU traz como fonte de renda, resgata-se a definição da restrição orçamentária que a família tem a sua disposição durante as escolhas de consumo. A restrição orçamentária representa as combinações de consumo que o indivíduo/família tem a sua disposição com base na sua renda.

As escolhas da família levam em consideração suas preferências e a restrição orçamentária. São vários os motivos pelos quais as famílias passam a preferir um produto em detrimento de outro. As mudanças nas preferências podem ser relacionadas ao surgimento de novos produtos e às próprias dinâmicas nas despesas familiares. Já as modificações na renda e nos preços relativos dos produtos deslocam a linha de orçamento, possibilitando o consumidor um novo conjunto de possíveis cestas de mercado (RODRIGUES et al, 2007).

Muitos trabalhos e autores afirmam que a AUP é uma fonte de renda, principalmente quando tratamos de famílias em estado de vulnerabilidade social as perspectivas são maiores. “A produção urbana de alimentos contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico local, diminuindo, através da geração de trabalho e renda e da disponibilidade de alimentos para o consumo, os índices de pobreza” (PINHEIRO & FERRARETO, 2010).

Do ponto de vista econômico, a produção em pequena escala gerada na AU contribui para a renda familiar, através da diminuição dos gastos com alimentação e saúde, das redes de troca e, eventualmente, da transformação e comercialização de excedentes de produção. Há ainda a possibilidade de produção em escala comercial, especializada ou diversificada, o que pode tornar o AU uma opção de geração de renda direta e indireta (ARRUDA, 2011).

Mesmo perdendo importância nas últimas décadas, o gasto com alimentação é o segundo maior na composição das despesas familiares, com 20,75% do total. Em famílias rurais e de baixa renda o item alimentação possui um peso maior no orçamento. Com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 20002/2003, estes gastos ainda representam 32,7% do total das despesas de famílias de baixa renda (COELHO et al, 2009).

Dentro deste trabalho se priorizou a perspectiva da AUP em relação ao autoconsumo. Por meio do autoconsumo a família tem uma redução dos seus gastos com alimentação. A reta orçamentaria familiar pode variar por dois motivos, preço ou renda. Somando a economia de recursos, com a renda da família, estima-se que haja um deslocamento positivo na reta orçamentaria. A família passa a dispor de maior poder aquisitivo, ou seja, a família obtém um ganho de renda. Com isso, olhando principalmente para famílias com baixa renda, estima-se que indiretamente ocorra um acréscimo de renda, pois a família passa a consumir alimentos que a sua renda monetária não permitia.

Sendo assim, esse capítulo apresentará uma discussão em termos econômicos sobre a hipótese da AU como fonte de renda indireta através do autoconsumo das famílias. Para isso o autoconsumo é analisado sobre duas óticas buscando quantificar a economia resultante.

Primeiro, com base em dados da POF 2008-2009, buscou-se quantificar o gasto real das famílias com alimentos, os quais podem ser produzidos através de práticas de AUP. Contudo o consumo analisado pela POF não representa o ideal para uma vida saudável. Dessa forma elaborou-se um caso hipotético baseado em um estudo intitulado “Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira” (Sichieri et al, 1999). Com base nesse documento elaborou-se uma dieta adequada. Por meio dessa dieta buscou-se quantificar a renda gerada no consumo de alimentos para famílias que tenham hábitos alimentares adequados.

4.1 O AUTOCONSUMO

O autoconsumo é a questão central para compreender a geração de renda na AU. Fontoura (2012) em sua dissertação afirma que por muito tempo considerou-se a produção para autoconsumo como uma atividade atrasada e antieconômica, que não merecia esforços no sentido de desenvolver pesquisas devido a aparente pouca relevância que apresentava sendo considerada uma forma de reprodução do passado e vista como uma estratégia de resistência por parte das famílias.

Contudo, desde 2000, alguns pesquisadores brasileiros retornaram aos estudos e as pesquisas sobre essa prática, indicando se tratar de uma tradição recontextualizada, que poderia cumprir vários papéis e funções no meio rural contemporâneo.

Para além da constatação de que a produção para o autoconsumo não desaparecera, os estudos também indicaram os vínculos e as potencialidades da produção para autoconsumo com emergentes discussões sobre pobreza e fome no meio rural. Tornou-se particularmente importante a vinculação das análises sobre o potencial desta produção no acesso à alimentação, oferta de alimentos saudáveis, estabilidade monetária, sociabilidade e identidade das famílias rurais, vindo a constituir uma referência importante nas estratégias e ações de segurança alimentar e nutricional que se desenham nesta época no Brasil. (IPEA, 2013 p. 10)

A retomada do tema também vem acompanhada de uma ressignificação da produção para autoconsumo no âmbito do governamental. Diversas estratégias do governo passaram a ver na produção para autoconsumo um elemento que contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a redução da pobreza e a inclusão socioproductiva no meio rural (IPEA, 2013).

Fontoura (2012) destaca três pontos importantes, referente à produção para autoconsumo:

- **A produção de alimentos e segurança alimentar**, a autoprodução de alimentos pode contribuir para a segurança alimentar das famílias, sobretudo na função da qualidade dos alimentos, visto que nesse tipo de produção busca-se não utilizar agroquímicos e são seguidos os hábitos alimentares e os saberes locais das comunidades.

- **A redução da vulnerabilidade**, a produção para autoconsumo gera uma renda não monetária, que contribui para assegurar a reprodução social da família, garantindo estabilidade econômica e reduzindo a vulnerabilidade.

- **A melhoria das condições socioeconômicas**, através da economia de recursos.

Segundo Grisa (2007), mesmo que não monetário, o autoconsumo constitui uma importante fonte de renda.

A produção para o autoconsumo contribui para que sejam melhoradas as condições sócio-econômicas das unidades familiares, desta maneira, podendo colaborar para o desenvolvimento rural. De acordo com o DESER (2003/2004), um dos elementos estratégicos do desenvolvimento sustentável da agricultura está na produção para o autoconsumo. É uma estratégia de proteção diante das incertezas e oscilações das produções comerciais, funcionando também como uma forma de economização, uma expressão discutida por Lovisolo (1989), utilizada para definir a possibilidade de economia de recursos financeiros que pode ser investida em outros bens. Outros autores, como Santos e Barreto (2005) concordam com esse ponto de vista e destacam como principal característica do autoconsumo a redução das despesas com alimentação. Sendo assim, o auto-abastecimento gera independência e fortalece a autonomia das famílias, no sentido de que assegura o controle de uma necessidade vital que é a alimentação.(FONTOURA, 2012, p. 64)

Reforçando a questão da contribuição na renda, Grisa (2007, p. 137) nas palavras de Lovisoló (1989) usa a expressão “economização” para demonstrar mais uma função do autoconsumo e sua importância para a condição socioeconômica da agricultura familiar.

Segundo o autor, este termo refere-se à forma de aproveitar o tempo e a força de trabalho ociosos do estabelecimento produzindo para o consumo familiar, e também ao fato de, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o mesmo equivalente em recursos monetários com a compra destes nos supermercados.

Quando o valor da produção para autoconsumo é contabilizado como renda, é possível observar que propriedades rurais apresentam alta rentabilidade, pois se a família não consumisse itens produzidos na unidade produtiva, uma quantidade significativa de recursos teria que ser gasta para a compra de produtos para a alimentação (FONTOURA, 2012).

Em um estudo realizado em municípios do Rio Grande do Sul Grisa (2007) identificou que em média 27,24% da renda total é fruto da produção para autoconsumo. Além disso, foram identificados casos mais expressivos em que as unidades familiares deixam de gastar 38,34% e 32,01% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados. Nota-se nesses valores uma contribuição significativa na renda familiar para as unidades que tem na sua composição a produção para autoconsumo.

O IPEA (2013), através do Censo Agropecuário 2006, caracterizou, a produção para autoconsumo. O trabalho mostrou que 72,72% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil realizam produção para autoconsumo e que praticamente 18% dos estabelecimentos rurais brasileiros a produção para autoconsumo responde por mais de 90% da produção total. O estudo ainda mostrou que em 2006, a produção para autoconsumo realizados nos estabelecimentos agropecuários no Brasil correspondeu a um valor monetário total de cerca de R\$ 12,7 bilhões. O valor médio anual para autoconsumo em unidades familiares é de R\$ 2.628,94. Esse valor se eleva à medida que aumenta a área do estabelecimento.

Com base nos dados do IPEA (2013) pode-se tirar algumas conclusões em relação a renda obtida. Se o valor anual for dividido em meses, uma família teria à sua disposição em torno de R\$ 220,00 por mês. Esse valor representa em média 32,5% do salário mínimo⁴ do ano de 2013.

Especialistas que analisaram a POF 2008/2009, afirmam que o número de pobres no Brasil é inferior ao estimado. O que levou esses especialistas a reverem esses dados é a

⁴ O salário mínimo em 2013 era de R\$ 678,00.

crescente importância da renda não monetária na renda total da família, e ao fato de que quanto menor for a renda familiar, maior é a importância das rendas não monetárias. De acordo com os dados analisados, a renda não monetária, representa 12,8% do rendimento médio da população e chega a significar 25,8% para os mais pobres. A produção para autoconsumo está contida na renda não monetária e para as famílias do meio rural pode representar valores mais significativos (FONTOURA, 2012).

A renda agropecuária não monetária na composição da renda de agricultores familiares é importante, pois contribui para assegurar a alimentação básica garantindo a sustentabilidade do agricultor familiar e sua reprodução. Sendo assim, o autoconsumo apresenta-se com uma função direta e indireta. De forma direta ele é importante porque garante consumo da família (renda não monetária) e de forma indireta colabora com a renda adquirida pela venda do excedente (renda monetária), que por sua vez ajuda na compra de outros produtos (FONTOURA, 2012).

Mesmo que a análise anterior esteja restrita ao meio rural, pode-se pensar nos benefícios do autoconsumo via AU para o meio urbano. Nesse sentido, as famílias em estado de vulnerabilidade social podem obter com o autoconsumo da produção de alimentos, em espaços urbanos, melhorias nas suas condições socioeconômicas. Isso porque o autoconsumo pode reduzir os gastos com compras de alimentos. Dessa forma as famílias podem ter acesso a uma alimentação mais digna ou ter a possibilidade de economizar sua renda monetária o que consequentemente garante a oportunidade de pouparem recursos ou utilizarem em outras demandas familiares ou pessoais.

Quando se analisa o valor mensal obtido, através do trabalho “A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional” de SILVA (2014), pode-se ver o grande potencial de renda das práticas de AUP relacionadas com a questão do autoconsumo. Contudo, visto que o espaço é um fator limitante, a produção em quintais dificilmente pode alcançar grandes valores. Porém a quantidade de espaços ociosos nas cidades é imensa, dessa forma as hortas comunitárias podem ser uma estratégia de garantir a populações fragilizadas acesso a espaços para produção do seu próprio alimento.

Vale ressaltar que a agricultura urbana não gera apenas renda indireta com o autoconsumo. Também há a questão da comercialização. No caso de hortas comunitárias os excedentes podem ser comercializados gerando uma renda monetária que permite o indivíduo utilizar na compra de outros itens ou até no consumo de outros alimentos que não podem ser produzidos na horta.

O incentivo à produção para o autoconsumo consiste numa via simples, estratégica e econômica e deve ser assumida como prioridade das políticas públicas, dentro de conjunto de intervenções coerentes e sistemáticas de combate a pobreza e de promoção da equidade social, através da geração de trabalho e renda para os grupos ameaçados pela insegurança alimentar. Ou seja, deve ser entendido como um eixo estratégico para que se alcance a segurança alimentar das famílias rurais, dentro de uma proposta maior que vise o desenvolvimento (FONTOURA, 2012, p. 69).

4.2 UMA ANÁLISE COM BASE NA POF 2010⁵

Inicialmente, para analisar os benefícios da AU como fonte de renda, utilizou-se os dados da POF 2010 para medir a possível interferência na renda famílias através do autoconsumo.

Os gastos com alimentação, segundo dados da POF, representam cerca de 15,5% das despesas familiares dos brasileiros nas áreas urbanas. Porém quando esses dados são analisados de acordo com a renda, nota-se que as despesas com alimentação correspondem a uma parcela bem maior da renda das famílias com menor poder aquisitivo.

De acordo com a tabela 1 conclui-se que as famílias com menor poder aquisitivo tendem a se beneficiar muito mais da AU do que as com maior poder aquisitivo, visto que as famílias mais pobres gastam em média 26% da sua renda com a compra de alimentos. Essa porcentagem representa em média R\$ 215,80, se considerarmos uma renda de R\$ 830,00 (menor faixa de renda analisada pela POF).

Tabela 1: Média mensal familiar da despesa com alimentação, por classes de rendimento, na área urbana (%).

Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$)							
	Até 830	Mais de 830 a 1245	Mais de 1245 a 2490	Mais de 2490 a 4150	Mais de 4150 a 6225	Mais de 6225 a 10375	Mais de 10375
Despesa com Alimentação (%)	26	23,8	20,3	16,4	13,6	11,7	8,5

Fonte: POF 2010.

Contudo, quando a análise se concentra nas despesas feijão, tubérculos, raízes, legumes, verduras e frutas, a situação muda. O gasto das famílias brasileiras com esses alimentos gira

⁵ A POF de 2010 analisa os anos de 2008-2009.

em média de 8% da despesa com alimentação, com base na POF (2010). Dessa forma, nota-se que as famílias gastam muito pouco da sua renda com esses itens, que são os principais fornecidos pela AU.

De acordo com a tabela 2 podemos observar que os gastos com itens oriundas da agricultura são muito pequenos mesmo quando analisamos por renda. Se considerarmos um caso hipotético de uma família com renda de R\$ 830,00⁶ por mês, o gasto com alimentação dela é de R\$ 215,80. Desses 215,80 apenas R\$ 21,40 mensais são gastos com alimentos que podem ser extraídos da AU, ou seja, em torno de 2,6% da renda total.

Tabela 2 - Média mensal familiar da despesa com alimentação, por classes de rendimento, na área urbana.

Item	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$)						
	Até 830	Mais de 830 a 1245	Mais de 1245 a 2490	Mais de 2490 a 4150	Mais de 4150 a 6225	Mais de 6225 a 10375	Mais de 10375
Feijão	3,5	2,7	1,9	1,3	1	0,7	0,6
Tubérculos e raízes	1,1	1,3	1,1	1	0,9	0,7	0,7
Legumes e verduras	2,5	2,7	2,4	2,2	2	1,9	1,9
Frutas	2,8	3	3,2	3,4	3,3	3,2	3,5
Total	9,9	9,7	8,6	7,9	7,2	6,5	6,7

Fonte: POF 2010.

Dentro desse contexto quando se analisa os dados da POF não é possível verificar na AU uma contribuição significativa em termos de geração de renda. A interferência na renda das famílias é muito pequena. Contudo devem ser feitas algumas observações em relação ao padrão de consumo da população brasileira, que nos últimos anos vem se modificando.

O advento da industrialização, concomitantemente com uma série de descobertas técnico-científicas, colaborou de maneira marcante para as transformações no estilo de vida das pessoas, sobretudo no que diz respeito aos costumes alimentares da população brasileira. Nas últimas décadas é notória a mudança nos hábitos alimentares em todo o mundo na tentativa de agregar tempo e praticidade ao estilo de vida moderno. (FRANÇA, 2012, p. 5)

⁶ A POF (2010) trabalha com sete classes de rendimento definidas com base no salário mínimo de 2008, R\$ 415,00. A primeira classe de R\$ 830,00 é composta por famílias com rendimentos de até dois salários mínimos, sendo que a categoria “sem rendimento” está inclusa nessa classe.

Além disso, outra observação deve ser feita. A interferência na renda de uma família com rendimentos mensais de R\$ 830,00 não é significativa. Porém em torno de 48% da população brasileira, segundo o IBGE (2015), possui uma renda inferior ou igual a um salário mínimo, o que em 2008⁷ representaria uma renda inferior a R\$ 415,00. Dessa forma, com base nos dados da POF não é possível identificar a real interferência do consumo de alimentos nas despesas das famílias.

4.3 UMA ANÁLISE COM BASE NUMA DIETA ADEQUADA

Ao longo dos anos vêm ocorrendo mudanças no padrão alimentar da população brasileira. Essas mudanças, observadas principalmente com o surgimento dos *fast foods*, afetam a qualidade dos alimentos e seus valores nutricionais devendo-se ressaltar os impactos que esse tipo de alimentação pode causar na população. A transição nutricional ao qual a sociedade vem passando está baseada em uma dieta extremamente calórica, rica em açúcares e gorduras, e insatisfatória quanto ao aporte nutricional. Consequentemente a esses novos hábitos, há o surgimento e/ou agravamento de patologias como obesidade, a desnutrição, as dislipidemias, hipertensão, diabetes, cardiopatias, dentre outras, além da redução da qualidade de vida da população (FRANÇA, 2012).

Em 2014 o Ministério da Saúde publicou um guia alimentar para a população brasileira. Dentre uma das recomendações do guia está o consumo de alimentos *in natura*⁸ ou minimamente processados⁹. O consumo desses alimentos deve ser a base da alimentação.

Alimentos *in natura* ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, são a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável. (MDS, 2014, p. 26)

⁷ Usou-se o salário mínimo de 2008, pois é o mesmo valor utilizado no relatório da POF 2010 para as classes de rendimento.

⁸ Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza. (MDS, 2014)

⁹ Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas. Exemplos incluem grãos secos, polidos e empacotados ou moídos na forma de farinhas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carne resfriados ou congelados e leites pasteurizados.

Nesse contexto retorna-se a questão da Segurança Nutricional e Alimentar, em que a quantidade de alimentos deve estar associada à qualidade dos mesmos. Sendo assim, este tópico pretende analisar a contribuição da AUP com base numa dieta adequada por pessoa. A partir dos preços dos alimentos pretende-se chegar ao potencial, das práticas de AUP, como fonte de renda através do autoconsumo das famílias.

Sichieri et al (2000), com base nos componentes de uma alimentação adequada apresenta as porções diárias de uma alimentação saudável (Tabela 3).

Tabela 3 – Porções diárias de uma alimentação adequada por pessoa.

Componente	Porções	Exemplos
Feijões e sementes	2 - 4	Feijão, lentilha, ervilha, grão de bico, amendoim.
Arroz, pão e outros grãos de preferencial integral e tubérculos	6 - 7	Pão, arroz, aveia, batata, macarrão, cará, milho, mandioca ou farinhas.
Verduras e Legumes	3 - 5	Todos
Frutas	4 - 5	Todos
Leites e derivados	3 - 4	Leite, iogurte, queijo (com baixo teor de gordura)

Equivalentes em porções¹⁰:
 Feijão - 70g; Arroz - 50g; Frutas - 100g; Verduras - 50 g; Leite 200 ml.

Fonte: Sichieri *et al* (2000).

Para fins de análise, utilizando as informações contidas na tabela 3, se elaborou um caso hipotético de uma dieta com itens que podem ser obtidos através da prática de AUP. Os itens apresentados na tabela 4 foram escolhidos de forma aleatória. Por exemplo, da categoria feijões e sementes (Tabela 3) foram escolhidos dois itens que se enquadram nessa tipologia. Os valores¹¹, utilizados na tabela 4, foram retirados do site de um dos supermercados da região da grande Florianópolis no dia 06 de novembro de 2016.

¹⁰ Este tipo de dieta, com 3 porções de feijão, 6 porções de arroz, 3 porções de verduras, 4 frutas e 3 porções de leite equivale a 1.710kcal.

¹¹ Foram utilizados os menores valores encontrados em relação a cada item.

Tabela 4 – Caso hipotético de itens para uma alimentação ideal para uma pessoa por dia.

Item	Porção ¹² (g)	Unidade (g)	Valor (R\$)/unidade	Valor (R\$)/Porção
Batata-doce	50	1000	5,48	0,27
Mandioca	50	1000	4,98	0,25
Batata-inglesa	50	1000	2,49	0,12
Chuchu	50	800	2,18	0,14
Brocolis	50	300	4,48	0,75
Cenoura	50	500	1,31	0,13
Feijão	70	1000	5,98	0,42
Amendoim	70	500	5,35	0,75
Total				2,83

Fonte: Autor.

Algumas considerações devem ser feitas antes da análise do valor obtido por dia para uma pessoa. Foi considerada a quantidade mínima de porções por dia, ou seja, duas porções de feijões e sementes e três porções de verduras e legumes. No caso das porções de arroz, pão, e outros grãos (de preferencia integrais) e tubérculos utilizou apenas três porções, pois muitos dos itens não podem ser obtidos nas práticas de AUP. Os itens não estão levando em consideração a realidade cultural de cada local ou época do ano ideal para produção. O valor dos itens são os de produção convencional, ou seja, os valores para produtos orgânicos são superiores e conseqüentemente elevariam o valor obtido.

Analisando o valor de R\$ 2,83 por dia, com o intuito de uma alimentação adequada, para uma pessoa, pode-se inferir duas considerações. Primeiro, pode-se concluir que por mês¹³, esse valor representa R\$ 84,90 de gasto com alimentação. Segundo, se olhar para o consumo mensal de uma família, composta em média por três pessoas¹⁴, o valor representa em torno de R\$ 255,00 por mês.

Com esses valores nota-se nas práticas de AUP um grande potencial na contribuição em termos de renda para uma família. Visto que R\$ 255,00 representa cerca em de 29% do salário mínimo vigente¹⁵.

Muitos outros benefícios podem ser extraídos das práticas de AUP além dos trabalhados nas análises. Se considerar nas análises um maior número de porções em cada categoria de alimentos conseqüentemente haverá um aumento do valor encontrado. Outro ponto a destacar é que práticas de AUP podem fornecer frutas, além disso, há a criação de animais. Ou seja,

¹² De acordo com a tabela 3.

¹³ Considerando o mês com 30 dias.

¹⁴ Segundo o censo demográfico do IBGE 2010, cada lar brasileiro tem em média 3,3 moradores.

¹⁵ Salário mínimo de 2016 é de R\$ 880,00.

pode se visualizar um potencial muito maior do que o apresentado em termos de contribuição na renda de uma pessoa ou de sua família.

Mesmo que o autoconsumo possa não suprir todas as necessidades alimentares, podendo ser inclusive deficitário em alguns nutrientes, alguns estudos evidenciam que as famílias rurais em melhores condições de segurança alimentar são aquelas em que o índice de produção para autoconsumo são mais elevados (FONTOURA, 2012).

Vale ressaltar que essas informações não representam a realidade brasileira e sim o que representa uma dieta ideal visando garantir a Segurança Alimentar e Nutricional necessária para o bom desenvolvimento de um indivíduo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da fome não é uma discussão nova na história da humanidade. Os números mostram que essa situação não mudou de forma satisfatória ao longo dos anos. As soluções para essa problemática vêm sendo pesquisadas há muitos anos. Inicialmente o debate era pautado na quantidade de alimentos produzidos. Dentro desse contexto surgiu a Revolução Verde (durante as décadas de 60 e 70) com todo seu pacote tecnológico e promessas de grandes produções que permitiriam reduzir a fome no mundo.

Nesse momento da história (Revolução Verde) ficou claro que quantidade não era mais um problema, porém a questão da fome estava longe de ser resolvida. Ficou evidente que a solução para a fome não era quantidade e sim o acesso. Ou seja, as famílias de baixa renda não tinham condições de adquirir alimentos, pois não tinham condições de pagar por eles. Essa realidade não mudou muito, nem no Brasil, mesmo com programas de combate a fome.

Dentro desse contexto surge a necessidade de políticas que pudessem compensar a desigualdade social e com isso garantir, a uma grande parcela da população marginalizada, direito a uma vida minimamente digna.

Diversas políticas foram elaboradas no Brasil, com o intuito de amenizar as questões da desigualdade social e conseqüentemente solucionar o problema da fome. Essas políticas nos últimos anos, mais exatamente meados dos anos 2000, passam a ter um novo objetivo. Já não basta apenas produzir em grandes quantidades: é necessário produzir alimentos de qualidade. Nesse contexto, ganha força a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) visando garantir ao indivíduo uma alimentação digna que permita seu perfeito desenvolvimento.

Na perspectiva de produção de alimentos e qualidade de vida entra a Agricultura Urbana e Periurbana. No contexto histórico da humanidade, a AUP surge como solução para algumas das conseqüências negativas do crescimento urbano desenfreado. A AUP é uma prática que vislumbra o reaproveitamento de espaços ociosos dentro das cidades para, preferencialmente, produção de alimentos limpos e saudáveis.

Dentro das práticas de AUP merecem destaque as hortas comunitárias. As hortas suprem muitas necessidades das grandes cidades. Primeiro a falta de espaço para produção visto que nem todos possuem quintais. Além disso, mesmo com técnicas de produção em pequenos espaços, as hortas possibilitam uma produção maior. Conseqüentemente há maior disponibilidade de alimentos bem como uma maior variedade (diversificação da dieta familiar). Em relação a questões ambientais, vislumbram-se nas hortas comunitárias

contribuições para o ambiente urbano como formação de microclimas, manutenção da biodiversidade, escoamento de águas e diminuição da temperatura.

As experiências de AUP pelo mundo e no Brasil são muitas. Dentre os casos analisados, nesta pesquisa, verificou-se o uso dessa prática como estratégia de combate à fome e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) inclusive em nações consideradas desenvolvidas, como por exemplo, o Canadá. Outro ponto importante a se destacar nas experiências internacionais apresentadas é o envolvimento do governo com políticas e programas para o sucesso da AUP.

Dessa forma se visualiza nas práticas de AUP uma estratégia eficiente para políticas públicas de combate a fome e segurança alimentar e nutricional. No Brasil são inúmeras as experiências de AUP espalhadas pelo território. As apresentadas nessa pesquisa são apenas uma pequena parcela em relação as experiências existentes.

Este estudo possibilitou constatar o potencial da AUP para a geração de renda, principalmente para famílias de baixa renda. Os benefícios podem ser através do autoconsumo da produção (renda indireta) ou por meio da comercialização dos excedentes (renda direta). Contudo, a prática para o autoconsumo é muito mais evidente. Dentro dessa lógica, através do autoconsumo da produção, as famílias têm a sua disposição uma contribuição na renda. Deixando de gastar com o consumo de alimentos as famílias podem utilizar sua renda na diversificação da sua alimentação, comprando alimentos que não podem ser produzidos na AUP, ou consumindo outros itens de seu interesse ou necessidade.

A produção para autoconsumo sempre foi vista por muito tempo como uma atividade antieconômica, porém vêm ganhando espaço dentro do meio acadêmico novamente. O autoconsumo pode ser uma forma de usar tempo e espaços ociosos para produzir alimentos. Estudos mostram que propriedades rurais que contabilizam o autoconsumo como renda, possuem alta rentabilidade.

Ao longo do trabalho foi destacado que a AUP é uma fonte de renda, principalmente para famílias em estado de vulnerabilidade. Se pensar em famílias que não possuem nenhum tipo de renda, as práticas de AUP podem garantir pelo menos o mínimo para a sobrevivência. Dentro da lógica apresentada à pesquisa tinha como objetivo principal analisar a contribuição da AUP por meio do autoconsumo. Para isso se utilizou os dados referentes a consumo de alimentos da POF (2010) e uma análise com base em uma dieta com vistas a contribuir na questão da SAN.

Com base nos dados da POF (2010) chegou-se a um valor mensal com consumo de produtos oriundos das práticas de AUP, de R\$ 21,40. Esse valor não é muito expressivo

quando comparado com o salário mínimo, porém se comparado com a renda de famílias em estado de vulnerabilidade é possível observar uma pequena contribuição visto que garante a mesma acesso a alimentação, um item indispensável para sobrevivência.

Contudo, os dados da POF (2010) refletem o consumo real das famílias brasileiras e não o ideal. Estudos mostram grande preocupação com a dieta que as pessoas vêm consumindo e alertam a necessidade de mudanças no padrão de consumo. Dessa forma esse trabalho, com base em pesquisas da área da nutrição, quantificou o possível potencial das práticas de AUP através do consumo de uma dieta adequada visando garantir a segurança alimentar e nutricional.

Com base nas informações obtidas notou-se nas práticas de AUP uma imensa possibilidade quanto a questão da Segurança Alimentar e Nutricional e da geração de renda. Se uma família, de três pessoas, produzir o necessário para sua alimentação, pode poupar aproximadamente R\$ 255,00 por mês. Esse valor equivalente a 29% do salário mínimo atual. Já no caso de famílias em estado de vulnerabilidade é possível idealizar contribuições de extrema relevância.

Com base nas informações se visualiza da AUP um imenso potencial como estratégia de governos para o combate a fome e a garantia de uma alimentação adequada. Pois garantem a população fragilizada acesso a alimentação. Além do mais, há uma contribuição na renda familiar.

Contudo, essas informações precisam de maiores aprofundamentos. Grande parte das discussões sobre autoconsumo apresentadas nesta pesquisa mostram dados das áreas rurais. Além disso, alguns estudos relatam que práticas de AUP podem mudar o padrão de consumo das famílias. Inicialmente essa pesquisa se desenvolveria com base em dados de famílias integrantes das mesmas hortas comunitárias objetos da dissertação de Freddi (2015). Porém devido a problemas encontrados no início da coleta dos dados, foi necessário mudar a forma de analisar a questão da geração de renda nas práticas de AUP.

Sendo assim, um estudo embasado com dados do consumo familiar com praticantes de AUP pode apresentar dados mais concretos e conseqüentemente obter valores condicentes com a realidade urbana. Outra possibilidade é analisar de forma mais eficiente o padrão de consumo das famílias, verificando a possível interferência da AUP em relação a sua contribuição quanto a SAN.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos José de. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), Capital Social e Agricultura Urbana.** 184 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Agroecossistema) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

ALVES, Morgana Celina. CORRÊA, Walquiria Kruger. **A Prática da Agricultura em Espaços Urbanos: A Ação do CEPAGRO em Comunidades Periféricas de Florianópolis-SC.** V Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”. 2009.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias.** 197 f. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ.

AQUINO, Adriana Maria de. ASSIS, Renato Linhares de. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia.** Campinas SP. Ambiente e Sociedade. Vol 10. N. 1. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000100009> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

BELO HORIZONTE. **Política de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional da capital.** Disponível em <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=36971&chPlc=36971&viewbusca=s>> Acesso em: 30 de outubro de 2016.

BERGES, Regine. **Inovações em agricultura urbana e seus impactos: uma viagem de estudo aos EUA.** Revista de Agricultura Urbana n. 28. Dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/rau28.pdf>> Acesso em: 20 de outubro de 2016.

BRASIL. Lei 11.346. 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

_____. Decreto 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

BURITY, Valéria. FRANCHESCINI, Thaís. VALENTE, Flávio. RECINE, Elisabetta. LEÃO, Marília. CARVALHO, Maria de Fátima. **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** ABRANDH. Brasília, DF. 2010.

COELHO, Alexandre Bragança. AGUIAR, Danilo Rolim Dias de. FERNANDES, Elaine Aparecida. **Padrão de consumo de alimentos no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Volume 47. n. 2. Junho de 2009. Brasília. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000200002> Acesso em: 05 de novembro de 2016.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional:** Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Editora Positivo. Brasília, DF. 2004.

COHEN, Nevin. WIJSMAN, Katinka. **Agricultura urbana como infraestrutura verde: o caso de Nova York.** Revista de Agricultura Urbana n. 27. Março de 2014. Disponível em <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/rau27.pdf>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

CRIBB, Sandra Lucia de Souza Pinto. CRIBB, André Yves. **Agricultura Urbana:** alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. 14 fl. 47º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais. Porto Alegre RS 2009.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil** – construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável. Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil. Deser, Relatório 2003/2004.

FAO. **Food into Cities.** Collecion - DT/43-00E, Rome, 2000. (Cd-Rom)

_____. **O estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil** – Um retrato multidimensional. Relatório. Brasília/DF. 2014.

_____. **Agricultura urbana y periurbana em America Latina y el Caribe** – Rosario. Disponível em <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/es/CMVALC/rosario.html>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

_____. **Agricultura urbana y periurbana em America Latina y el Caribe** – Belo Horizonte. Disponível em <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/es/CMVALC/belo_horizonte.html> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

FONTOURA, Andréia Furtado. **A produção para autoconsumo: Características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS.** 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.

FRANÇA, F.C.O. MENDES, A.C.R. ANDRADE, I.S. RIBEIRO, G.S. PINHEIRO, I.B. **Mudanças dos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro.** Anais do I Seminário Alimentação e Cultura na Bahia. Bahia. 2012.

FREDDI, Susi Mara. **A agricultura Urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC.** 166 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

GONÇALVEZ, Rita G. G. **Hortas Urbanas** – Estudo de caso de Lisboa. 130 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica) – Universidade de Lisboa. Portugal.

GRISA, Catia. **A produção “pro gasto” um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** 201 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

_____. **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2015/default.shtm>> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A produção para autoconsumo** – uma análise a partir do Censo agropecuário 2006. Relatório de Pesquisa. Brasília/DF. 2013.

JIANMING, Cai. **O desenvolvimento da agricultura periurbana na China** – Uma nova abordagem em Xiaotangshan, Beijing. Revista Agricultura Urbana n. 9. Abril de 2003. Disponível em < <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU9china.pdf> > Acesso em: 15 de outubro de 2016.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luís. (Org.). **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

LECERA. **Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**. Disponível em < http://www.lecera.ufsc.br/?page_id=90 > Acesso em: 22 de outubro de 2016.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

LOPES, Paulo Rogério. LOPES, Keila Cássia Santos Araujó. **Agricultura Urbana e ecológica: a experiência de Cuba**. Setembro de 2012. Disponível em < <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/semendo-agroecologia-nas-cidades/agricultura-urbana-ecologica-cuba> > Acesso em: 15 de outubro de 2016.

LUIZ, Juliana Torquato. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (Brasil). Revista Crítica de Ciências Sociais, 107. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/6063> > Acesso em: 28 de outubro de 2016.

Luiz, J. & Veronez, L. **Os Espaços das Agriculturas Urbanas na Grande Lisboa: Trajetórias Transversais à Cidade**. 2012. Disponível em: < http://www.aps.pt/viicongresso/papers/finais/PAP0934_ed.pdf >

MACHADO, Altair Toletto. **Agricultura Urbana**. 23 fl. EMPRAPA Cerrados. Planaltina, DF 2002.

MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. 193 p.

MENDES, Wendy. **Criando e implementando políticas alimentares em Vancouver, Canadá**. Revista Agricultura Urbana n. 16. 2006. Disponível em: < <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU16/AU16canada.html> > Acesso em: 20 de outubro de 2016.

MDS. Alimentação dos brasileiros tem excesso de gorduras, segundo Ministério da Saúde. 08 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2011/08/alimentacao-dos-brasileiros-tem-excesso-de-gorduras-segundo-ministerio-da-saude>> Acesso em: 02 de novembro de 2016.

_____. **Guia Alimentar para a população brasileira.** 2ª edição. Brasília/DF. Ministério da Saúde. 2014.

PESSÔA, Cristiane Cardoso. **Agricultura Urbana e Pobreza:** um estudo no município de Santa Maria – RS. 102 fl. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.

PINHEIRO, M. C.; FERRARETO, L. C. **Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar.** Brasília. 2010.

POF. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009** – Despesas, rendimentos e condições de vida. IBGE. Rio de Janeiro. 2010.

RENTING, Henk. **Alimentar a cidade:** abordagens para ampliar a agricultura urbana em Almere, Toronto, Lima e Milão. Revista de Agricultura Urbana n. 28. Dezembro de 2014. Disponível em < <http://www.ruaf.org/sites/default/files/rau28.pdf>> Acesso em: 20 de outubro de 2016.

RODRIGUES, Cristiana Tristão. GOMES, Adriano Provezano. DIAS, Roberto Serpa. **Mudanças no padrão de consumo alimentar no município de Viçosa-MG.** XLV Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural “Conhecimento para Agricultura do Futuro”. 22 a 25 de julho de 2007. Londrina PR.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** Editora Best Seller. São Paulo SP. 1999.

SANTOLIN, Carolina Faraco. **Agricultura urbana:** análise a partir do seu potencial em políticas de desenvolvimento. 37 f. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

SANTOS, Diego Henrique. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar.** Revista Multidisciplinar da UNIESP – Saber Acadêmico. n. 11. 11 de junho de 2011. Disponível em < <http://www.uniesp.provisorio.ws/revista/revista11/pdf/artigos/15.pdf>> Acesso em: 01 de junho de 2016.

SANTOS, J. A.; BARRETO, R. **Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura.** Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 2005

SARAIVA, R. A. (2011). **As hortas urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do concelho de Oeiras.** (Mestrado). Portugal.

SICHERI, Rosely. COITINHO, Denise C. MONTEIRO, Josefina B. COUTINHO, Walmir F. **Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira.** São Paulo. Vol. 44. n. 3. Junho 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302000000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 02 de novembro de 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política Nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação. Texto para Discussão 1953. IPEA. Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, José Graziano da. **Fome Zero:** a experiência brasileira. Série NEAD especial 12. MDA. Brasília/DF. 2010.

TAKAGI, Maya. **A implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil:** seus limites e desafios. 214 f. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.

ZAAR, Miriam Hermi. **A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar.** Sociedade e Território – Natal. Vol. 27, N. 3, p. 26 – 44. Jul/Dez de 2015.

ZIMMERMANN, Clóvis. **Um primeiro olhar sobre o programa Fome Zero:** reflexões sobre o primeiro ano de implementação. Revista Espaço Acadêmico. n. 41. Outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/041/41czimmermann.htm>> Acesso em: 28 de outubro de 2016.